



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**THIAGO LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE PÓS-DOCTORADO**

**História Indígena no Brasil: historiografia, crítica decolonial e  
perspectivas contemporâneas**

**MARINGÁ  
2019**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**THIAGO LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE PÓS-DOCTORADO**

**História Indígena no Brasil: historiografia, crítica decolonial e  
perspectivas contemporâneas**

Relatório apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a conclusão de Estágio de Pós-Doutorado

Supervisor: Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota.

**MARINGÁ  
2019**

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	4
Apresentação.....	5
PARTE 1	
Atividades desenvolvidas.....	6
Docência.....	6
Composição de bancas.....	6
Mestrado.....	6
Doutorado.....	6
Exames de qualificação de doutorado.....	7
Exames de qualificação de mestrado.....	7
Publicações.....	7
Artigos completos publicados em periódicos.....	7
Artigo completo aceito para publicação em periódico.....	7
Livro	
Publicado.....	7
Capítulos de livros publicados.....	8
Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo).....	8
Artigo em jornal de notícias.....	8
Apresentação de trabalhos e palestras.....	9
Demais produções bibliográficas.....	9
Estágio na Universidade Nacional Autônoma do México.....	9
Participação em eventos como ouvinte.....	9
Conferência.....	11
Elaboração de texto para publicação.....	11
Aquisições de livros.....	11
Pareceres.....	11
Orientações concluídas.....	11
Orientações em andamento.....	11
PARTE 2	
História Indígena no Brasil: historiografia, crítica decolonial e perspectivas contemporâneas.....	13

## **Agradecimentos**

A realização deste estágio de Pós-Doutorado só foi possível devido ao apoio e à colaboração de várias pessoas e instituições às quais agradeço, especialmente:

Ao Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota, meu generoso e sábio supervisor;

À minha esposa Aline e aos meus filhos Pedro Antônio e João Miguel;

À Faculdade de Ciências Humanas – FCH da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD;

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM;

Aos integrantes do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da UEM;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;

À Marcia Satie Kutsunugi Fujikawa, secretária do PPH – UEM;

Ao Prof. Dr. Luiz Felipe Viel Moreira, coordenador do PPH – UEM;

À Profa. Dra. Natividad Gutierrez Chong, investigadora titular do IIS/UNAM;

Ao Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México – ISS/UNAM.

## **Apresentação**

No presente texto, apresento o relatório das atividades por mim desenvolvidas no âmbito do estágio de pós-doutorado em História, sob a supervisão do Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, de abril de 2018 a abril de 2019, desse período, entre novembro de 2018 e abril de 2019 estive na condição de bolsista do PNPd – Programa Nacional de Pós-Doutorado.

O relatório está dividido em duas partes. Na primeira, apresento de modo sintético uma relação das atividades acadêmicas desenvolvidas durante o período do estágio. Na segunda parte, apresento um texto intitulado “História Indígena no Brasil: historiografia, crítica decolonial e perspectivas contemporâneas” no qual discuto os resultados da pesquisa desenvolvida no período.

# PARTE 1

## Atividades desenvolvidas

### Docência

Em companhia do professor Lúcio Tadeu Mota, ministrei a disciplina “Teoria e Metodologia em História, Cultura e Narrativas” no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

## Composição de bancas

### Mestrado

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; PERLI, F.; LUTTI, Aline. C. Crespe. Participação em banca de Santierre Luis Krewer Sott. A escravidão em Anúncios do Jornal “A Imprensa de Cuyabá” (1859-1865). Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados. 2018.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; BELLOTTI, Karina Kosicki; GONCALVES, Carlos Barros; COELHO, Fabiano. Participação em banca de Bruna Hanime Brito Soares. "Não fazemos parte do mundo": as Testemunhas de Jeová na revista A Sentinela (2007-2013). Mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados. 2018.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; LANGER, P. P.; MARTINS, A. M. S. Participação em banca de Kátia Regina Moura de Castro. Práticas, representações e ações pedagógicas no cenário linguístico da Escola Francisco Meireles, 2018.

### Doutorado

LANDA, Beatriz; BALLER, Leandro; LANGER, Protásio P.; ROSA, Alexandre Coello. L.; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Participação em banca de Mirta Mabel Ecovar Torraca. Yalve Sanga: a experiência missionária menonita no coração do Chaco Paraguai (1936-1980). Doutorado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

### Exames de qualificação de doutorado

LEITE, Eudes Fernando; BARBOSA, Pablo A.; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira Participação em banca de José Augusto Santos Moraes. A presença dos Kaiowa entre os Rios Brilhante e Vacaria (1940-2015): análise dos processos de colonização, desterro e disputas territoriais. Doutorado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

LUTTI, Aline. C. Crespe.; PEREIRA, L. M.; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira Participação em banca de Rosely Aparecida Stefanos Pacheco. Entre colonialidades e resistências: demandas territoriais e violências contra os Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul (1980-2015). . Doutorado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; LANGER, Protásio P.; MOTA, Lúcio. T.; BARBOSA, Pablo A. Participação em banca de Almir Bauler. O índio na ótica da literatura e da ciência do século XIX: perspectivas civilizatórias no projeto de nação dos letrados da Revista Guanabara (1849-1856). . Doutorado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

### **Exames de qualificação de mestrado**

LUTTI, Aline. C. Crespe.; PEREIRA, L. M.; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira Participação em banca de Junia Fior Santos. A dinâmica de mobilizações dos Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: uma etno-história da luta pela terra na comunidade indígena Kurupi de Santiago Kue. Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

LUTTI, Aline. C. Crespe.; PEREIRA, L. M.; LANGER, Protásio P.; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Participação em banca de Marlene Ricardi de Souza. As transformações no modo de ser mulher Kaiowá e Guarani no MS no cenário de profundas transformações no território, na organização social e nas formas de sustentabilidade (1960-2017). Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

JESUS, N. M.; LANGER, Protásio P.; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira Participação em banca de Mateus Brunetto Cari. Do encobrimento ao protagonismo: a resistência dos guarani-missionários dos sete povos nas questões fronteiriças entre os ibéricos. Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

MOTA, Lúcio. T.; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; NOVAK, Éder. S. Participação em banca de Bruna Letícia da Silva Massuia. O apagamento dos povos indígenas da história de Paranaíba no século XX. Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

### **Publicações**

#### **Artigos completos publicados em periódicos**

GONCALVES, Carlos Barros; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira Sobre memórias e conflitos: relato de experiência na construção de um acervo digital sobre história indígena. *Revista Perspectiva Histórica*, v.7, p.141-158, 2018.

BALLER, Leandro; Cavalcante, Thiago Leandro Vieira. 10 anos da Revista Eletrônica História em Reflexão (2007-2017): Análise crítica da trajetória de um periódico científico da/na fronteira. **Revista História em Reflexão**, v.12, p.388-410, 2018.

#### **Artigo completo aceito para publicação em periódico**

CAVALCANTE, T. L. V.; ALMEIDA, M. A. D. de. Capitão: a aplicação da *Indirect Rule* nos Povos Kaiowá e Guarani. **Tellus**, publicação prevista para o primeiro semestre de 2019.

#### **Livro Publicado**

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; MOTA, Juliana G. B. (Org.). **Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos**. São Leopoldo: Karywa, 2019.

### **Capítulos de livros publicados**

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Direitos territoriais indígenas na mesa de negociações: a demarcação de terras indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul durante os governos petistas (2003-2016). *In*: COELHO, F.; CAMACHO, R. S. (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas** (Protagonistas da/na luta pela terra/território e das políticas públicas).1 ed. Curitiba: CRV, 2018, v.2, p. 41-84.

SANTILLI, M.; COELHO, Fabiano; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Populações indígenas e demarcação de terras no Brasil: entrevista com Márcio Santilli. *In*: COELHO, F.; CAMACHO, R. S. (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (Protagonistas da/na luta pela terra/território e das políticas públicas)**. Curitiba: CRV, 2018, v.2, p. 125-132.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. TERRAS INDÍGENAS KAIOWÁ E GUARANI EM MATO GROSSO DO SUL: história, desafios e perspectivas diante da investida reacionária contra os direitos indígenas. *In*: TRUBILIANO, C. A. B.. (Org.). **DEBATES INDÍGENAS NA CONTEMPORANEIDADE**. Ji-Paraná: Edinter, 2018, v.1, p. 77-94.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialidade e colonialismo interno: a política de criação de reservas indígenas no sul de Mato Grosso do Sul e algumas de suas consequências contemporâneas. *In*. CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; MOTA, Juliana G. B. (Org.). **Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos**. São Leopoldo: Karywa, 2019. p. 21-42.

### **Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)**

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. História Indígena e a descolonização da História: desafio contemporâneo *In*: **XVI Encontro /regional de História - ANPUH PR - Tempos de Transição**, 2018, Ponta Grossa. Caderno de resumos – XVI Encontro Regional de História – ANPUH PR. Ponta Grossa: ANPUH PR, 2018. v.1. p.126.

### **Artigo em jornal de notícias**

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Por um 'dia do índio' sem estereótipos. **Folha de Dourados**. Dourados, p.1 - 1, 2018.

### **Apresentação de trabalhos e palestras**

Cavalcante, Thiago Leandro Vieira. **A História Indígena e a descolonização da História: desafio contemporâneo**, 2018. (Comunicação, Apresentação de Trabalho) XVI Encontro Regional de História - ANPUH PR - Tempos de Transição.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **(Des)construindo Preconceitos e Estereótipos acerca da imagem do índio na sociedade brasileira**, 2018. (Conferência). IFMS - Campus de Ponta Porã. I Colóquio Teko Arandu.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Direitos territoriais indígenas na Constituição Federal do Brasil e na prática**, 2018. (Conferência). IFMS Campus de Ponta Porã. I Colóquio Teko Arandu.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Nación y racismo en Brasil**, 2018. (Conferência). Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México. Seminario Permanente Nuevas configuraciones de los nacionalismos y los racismos.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Poder judiciário e direitos territoriais indígenas no Brasil contemporâneo: uma análise sobre a imposição do marco temporal**, 2018. (Comunicação). UBA; Cidade: Buenos Aires; Evento: 8º Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales; Inst.promotora/financiadora: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

#### **Demais produções bibliográficas**

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Prefácio / Labirinto das Almas. Curitiba: CRV, 2018. Estágio na UNAM/México

#### **Estágio na Universidade Nacional Autónoma do México - UNAM**

Durante o mês de outubro de 2018 permaneci na Cidade do México e tive a oportunidade de participar de várias atividades acadêmicas na UNAM – *Universidad Nacional Autónoma de México*, principalmente na condição de ouvinte, em eventos realizados no *Instituto de Investigaciones Sociales* – unidade a que me vinculei sob a supervisão da Dr<sup>a</sup> Natividad Gutierrez Chong. Além disso, proferi uma conferência nesta mesma unidade de pesquisa.

#### **Participação em eventos como ouvinte**

3/10/2018: Presentación de libro “Acoso: ¿Denuncia Legítima o Victimización?” de Dr<sup>a</sup>. Marta Lamas, con participación de Dr<sup>a</sup>. Judith Zubieta, Dr. Jorge Cadena Roa, Dr. Fabio Vélez y Dra. Patricia Ramírez Curi. Local: Instituto de Investigaciones Sociales – UNAM.

3/10/2018: Conferencia “¿Redención de la Raza? Ciencia Anti-Racista en el Sur Global”, impartida por Dr. Sebastián Gil-Riaño. Local: Instituto de Investigaciones Filosóficas - UNAM.

4/10/2018: “Debate Latinoamericano: Elecciones presidenciales en Brasil”, ponentes: Dr<sup>a</sup>. Mónica Meireles, Dr. Lucio Oliver, Dr<sup>a</sup>. Tania Carranza y Dr<sup>a</sup> Joana Coutinho. Local: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM.

5/10/2018: Presentación de libro “Ensayos amargos sobre mi país. Del 68 al nuevo régimen, cincuenta años de ilusiones de Dr. Sergio Zermeño, participación: Dr. Julio Labastida, Dr. Imanol Ordorika y Dr<sup>a</sup>. Patricia Ramírez Kuri. Local: Instituto de Investigaciones Sociales – UNAM.

8 e 9/10/2018: “Desafíos de las Ciencias Sociales”, ponentes: Dr. Luis Astorga, Dr<sup>a</sup>. Blanca Rubio, Dr<sup>a</sup>. Lorenza Villa Lever, Dr<sup>a</sup>. Georgina Flores, Dr<sup>a</sup>. Georgette José Valenzuela y Dr<sup>a</sup>. Berta Lerner. Local: Instituto de Investigaciones Sociales – UNAM.

10/10/2018: “La discriminación étnico racial como problema de investigación”, ponentes panel 1: Dr. Jesús Rodríguez Zepeda, Dr<sup>a</sup>. Eugenia Iturriga, Dr. Federico Navarrete, Dr<sup>a</sup>. María Elisa Velázquez y Dr. Emilio Blanco. Panel 2: Dr<sup>a</sup>. Melina Altamirano, Dr<sup>a</sup>. Paula Neves Leite, Dr. Agustín Escobar, Dr<sup>a</sup>. Regina Martínez, Dr. Omar Stabridis, Dr. Pátricio Solís y Dr. Jesús Rodríguez Zepeda. Local: El Colegio de México.

11/10/2018: Ciclo de actividades académicas. Las ciencias sociales ante el 68. “El impacto del 68 en la investigación”. Ponentes: Dr<sup>a</sup>. Ana Carolina Ibarra, Dr<sup>a</sup>. Rosalina Casa, Dr. Raúl Trejo Delarbre y Dr<sup>a</sup>. Eugenia Allier Montaño. Local: Instituto de Investigaciones Sociales – UNAM.

12/10/2018: Ciclo 2018 Religión, Género y Diversidad Sexual. “Disputas por la educación sexual en un estado laico”, ponente: Dr. Armando Díaz Camarena. Local: Instituto de Investigaciones Sociales – UNAM.

16/10/2018: Seminario Perspectivas Contemporáneas de la Investigación en Ciencias Sociales. Politización evangélica y grupos antiderechos en México y Brasil en tiempos de neoconservadorismo global. Ponente: Dr<sup>a</sup>. Karina Bárcenas Brajas.

16/10/2018: Presentación de libro. “Arde el Wallmapu. Autonomía, insubordinación, y movimiento radical Mapuche en Chile de Dr. Carlos Enrique Pineda. Participación: Raúl Zibechi, Dra. Fernanda Paz, Dr. Israel Solorio, Mtro. José Luis García. Local: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM.

17/10/2018: Jornada Archivo y Memoria. “Los archivos del movimiento estudiantil de 1968”. Modera: Dr. Rafael A. Pérez-Taylor, Director del IIA, UNAM. Presentación del documental "Ganar la Calle" (12 minutos). Presenta: Mtro. Alfonso Díaz Tovar, Posgrado IIA, UNAM/Colectivo Reco. Ponentes Dr. Álvaro Rodríguez, Coordinador Académico del Centro de la Imagen, Mtro. Félix Hernández Gamundi, Comité 68 pro libertades democráticas. Local: Instituto de Investigaciones Antropológicas – UNAM.

18/10/2018: Conferencia magistral “Contenido e importancia de la Declaración y el Programa de Acción de las Naciones Unidas para una Cultura de Paz” Expositora: Dra. Rigoberta Menchú Tum. Participarán: Dr. Domingo Alberto Vital Díaz, Dr. Rafael A. Pérez-Taylor y Aldrete. Mesa redonda “Balance y perspectivas de la Declaración y el Programa de Acción de las Naciones Unidas para una Cultura de Paz”. Participarán: Dra. Rigoberta Menchú Tum, Dra. Nuria Sanz, Dr. Julio Carranza Valdés, Dr. Rafael A. Pérez-Taylor y Aldrete. Local: Instituto de Investigaciones Antropológicas – UNAM.

22, 23 y 24/10/2018: Encuentro/Taller: Descolonialidad del poder. En honor a Aníbal Quijano. Diversos ponentes. Local: Instituto de Investigaciones Económicas – UNAM.

22/10/2018: Simposio Internacional “Pueblos Indígenas en red: apropiaciones tecnológicas contemporáneas”. Ponentes: Dra. Natividad Gutiérrez Chong, Dr. Guilherme Gitahy de Figueiredo, Lic. Maria Luiza de Castro Muniz y Dra. Elena Nava Morales. Local: Instituto de Investigaciones Sociales – UNAM.

26/10/2018: Apresentação de livros “Radio Totopo al aire. Radio comunitaria y comunalidad en el istmo de Tehuantepec” de Dra. Elena Nava y “Reinvenções do Rádio: tecnologia, educação e participação” de Dr. Guilherme Gitahy de Figueiredo. V Congresso Mexicano de Antropología Social y Etnología. Local: Casa Chata, CIESAS.

### **Conferência**

25/10/2018: Seminario Permanente: Nuevas configuraciones de los nacionalismos y los racismos. Ponencia: “Nación y racismo en Brasil”.

### **Elaboração de texto para publicação**

Revisão do capítulo "Territorialidades en Conflicto: de la cuestión de la demarcación de Tierras Indígenas en Brasil y la Interculturalidad Crítica como clave descolonizadora para la superación de los impasses" que será publicado pela editora do IIS/UNAM, em um livro por la Dra. Natividad Gutiérrez Chong (ISS-UNAM) y el Dr. Losandro Antonio Tedeschi (UFGD).

### **Aquisições de livros.**

Participei da *Feria Nacional del Libro de Historia y Antropología* realizada en no Museo Nacional de Antropología e da *Feria del libro del Zocalo*, além disso, visitei algumas livrarias da UNAM. Tive a oportunidade de adquirir cerca de 20 títulos de interesse para minhas pesquisas e atividades docentes.

### **Pareceres**

Avaliação de artigo para a Revista *Ofícios de Clio* ISSN 2527-0524 da UFPEL, 2018.

Avaliação de artigo para a Revista *Caminhos da Geografia* ISSN 1678-6343, 2018.

Avaliação de cursos superiores para o Guia do Estudante Abril, 2018.

Dictamen para a Revista *Mexicana de Sociología* ISSN 2594-0651, 2018.

Parecer em plano de trabalho de iniciação científica para a UFMS - parecer 1 de 2018.

Parecer em plano de trabalho de iniciação científica para a UFMS - parecer 2, 2018.

Parecer para a Revista *Antíteses* ISSN 1984-3356, 2018.

Parecer para a Revista *Caminhos da Geografia* - ISSN 1678-6343, parecer 2, 2018.

Parecer para a Revista *Diálogos* - UEM ISSN 2177-2940, 2018.

Parecer para a Revista *Diálogos* - ISSN 2177-9040, parecer 2 - 2018.

Parecer para a Revista *Guara UFES* - ISSN 2446-9491, 2018.

Parecer para a Revista *Tellus*, 2018.

Parecer para *Fronteiras: Revista Catarinense de História* ISSN 1415-8701, 2018.

Parecer para Revista *Brasileira de História & Ciências Sociais* ISSN 2175-3423, 2018.

### **Orientações concluídas no período**

Santierre Luis Krewer Sott. A ESCRAVIDÃO EM ANÚNCIOS DO JORNAL “A IMPRENSA DE CUYABÁ” (1859-1865). 2018. Dissertação (História) - Universidade Federal da Grande Dourados.

Bruna Hanime Brito Soares. "Não fazemos parte desse mundo": as Testemunhas de Jeová na revista A Sentinela (2007-2013). 2018. Dissertação (História) - Universidade Federal da Grande Dourados.

### **Orientações em andamento**

Gileandro Barbosa Pedro. Retorno ao tekoha: Do esbulho das terras à resistência do modo de ser dos Kaiowa da Terra indígena Panambi? Lagoa Rica em Douradina MS. Início: 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados. (Orientador).

Bruna Letícia da Silva Mussuia. A presença indígena em Paranavaí durante o século XX. Início: 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Coorientador).

Junia Fior Santos. A dinâmica de mobilizações dos Guarani e Kaiowa no Estado de Mato Grosso do Sul: uma etno-história da luta pela terra na comunidade indígena de Kurupi e Santiago Kue. Início: 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).

Marco Antonio Delfino de Almeida. SEM TRANSIÇÃO SEM JUSTIÇA: ENTRE A TUTELA CIVIL E O MARCO TEMPORAL, A PERMANÊNCIA DA COLONIALIDADE NA RELAÇÃO COM OS POVOS INDÍGENAS. Início: 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados. (Orientador).

Joziane de Azevedo Cruz. OS PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DO REZADOR (A) KAIOWÁ: ENTRE SABERES, NORMAS E PRÁTICAS NAS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS. Início: 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados. (Orientador).

Paula Faustino Sampaio. "Há outro histórico que não pode ser ignorado": história, gênero e "mulheres indígenas". Início: 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados. (Orientador).

José Augusto Santos Moraes. Os Kaiowa na Bacia do Rio Brilhante (1840-2015): uma análise a partir da questão territorial e suas implicações no reconhecimento histórico e social da cidadania indígena. Início: 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).

## PARTE 2

### **História Indígena no Brasil: historiografia, crítica decolonial e perspectivas contemporâneas**

#### **Introdução**

Só muito recentemente os indígenas e sua história passaram a fazer parte das preocupações dos historiadores brasileiros, bem como de pesquisadores de outras disciplinas, mas que igualmente se dedicam ao estudo de processos históricos, sobretudo, envolvendo povos indígenas.

Até meados dos anos 1980, a História ou a Antropologia brasileiras não consideravam pertinente a abordagem dos indígenas enquanto agentes históricos. Isso se deu, sobretudo, devido ao viés marcadamente eurocêntrico das Ciências Humanas praticadas no país.

No final dos anos 1980, já no término da ditadura militar, o quadro começou a mudar. Inicialmente, a História Indígena e do Indigenismo começaram a ganhar destaque nos trabalhos de antropólogos e arqueólogos. Essa inflexão se deu em conexão com as lutas travadas pelo movimento indígena no final da ditadura e durante a Assembleia Nacional Constituinte, quando os direitos indígenas foram constitucionalizados de modo mais amplo no Brasil, representando expressivo avanço formal na relação do Estado com os povos indígenas, principalmente no que se refere ao reconhecimento do direito e da proteção à diferença e do caráter originário dos direitos territoriais (CAVALCANTE, 2016).

Nesse momento, teve papel muito relevante, tanto no âmbito político quando acadêmico, a atuação de pesquisadores ligados ao Departamento de Antropologia da USP, sob a liderança de Manuela Carneiro da Cunha, que em 1990 fundou o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo - NHII.

Nesse mesmo momento, no sul do Brasil, pesquisadores ligados à Arqueologia já desenvolviam relevantes trabalhos que trouxeram luz a muitos processos históricos pré-coloniais ocorridos especialmente na região platina, são os casos, por exemplo, de Pedro Ignácio Schmitz e José Proenza Brochado.

Em 1989, A Revista de Antropologia da USP publicou o primeiro dossiê de que se tem conhecimento sobre História Indígena em um periódico brasileiro. A organizadora, Manuela Carneiro da Cunha, apresentou os textos com a seguinte reflexão:

A história dos povos indígenas no Brasil está mudando de figura. Até aos anos 70, os índios, suponha-se, não tinham futuro como tampouco tinham passado. Vaticinava-se o fim dos últimos grupos indígenas, deplorava-se sua assimilação irreversível e sua extinção tida por inelutável diante do capital que se expandia nas fronteiras do país. A ausência do passado, por sua vez, era corroborada por uma dupla reticência, de historiadores e de antropólogos. A reticência dos historiadores era metodológica, a dos antropólogos, teórica. Os historiadores, afeitos a fontes escritas – e escritas por seus atores – hesitavam ainda em pisar nas movediças areias da tradição oral ou de uma documentação sistematicamente produzida por terceiros: missionários, inquisidores, administradores, viajantes, colonos, intermediários culturais, em suma, com interesses próprios e geralmente antagônicos aos das populações descritas. Em tais condições, essas fontes vinham viciadas por distorções, por incompreensões inevitáveis que filtravam e refratavam as informações. Com uma arqueologia ainda por fazer, com ausência de quaisquer monumentos que atestassem grandes impérios, não era tangível a existência de uma história antes de 1500.

A abstenção dos antropólogos, por sua vez, provinha de várias e diferentes fontes teóricas. Havia, já um tanto anacrônica, a velha doutrina evolucionista, para quem os índios não tinham passado por serem, de certa forma, o próprio passado, ponto zero da sociedade. Essa teoria, vigorosa no fim do século passado, havia substituído, vale a pena lembrar, outra vigente no começo do século XIX e associada aos nomes de Buffon e de Cornelius de Pauw, que tinha a peculiaridade de explicitamente ligar a ausência de futuro à ausência de passado para os índios: eles seriam como que a decadência prematura da humanidade, frágeis habitantes de um continente onde nada podia prosperar, onde a infância se ligava diretamente à velhice, sem passar pela maturidade. Assim como não havia grandes mamíferos na América, assim também seus habitantes eram fracos sem vitalidade e sem porvir.

No período moderno, por sua vez, a reticência dos antropólogos em tratar de história indígena deriva de outras idéias; as funcionalistas e as estruturalistas. Ambas escolas privilegiavam uma análise sistêmica e sincrônica da sociedade (sintetizando-se uma no nível do empírico, outra no nível de uma organização subjacente ao empírico) como chave de sua inteligibilidade. É verdade que Radcliffe-Brown, que nisso se assemelhava aos historiadores tradicionais, renunciava à pesquisa histórica em sociedades ágrafas não por ser irrelevante, mas por ser impossível de ser feita adequadamente. Quanto ao estruturalismo, embora preconizando a história, não via nela um nível de organização comparável ao da sincronia e portanto possível de fornecer uma inteligência das sociedades. A história era sobretudo a ausência de sistema, o imponderável e portanto o ininteligível: acontecimentos que vinha se abater sobre o sistema que procurava resistir-lhe (CUNHA, 1989, p. 1-2).

O cenário descrito pela autora, no momento em que começou a identificar uma mudança de atitude por parte dos pesquisadores frente à história indígena, revela que no Brasil as Ciências Humanas e Sociais, em regra, reproduziam de maneira acrítica os pressupostos teóricos e metodológicos concebidos no norte global, situação que mudou muito pouco nas últimas três décadas. Embora, frequentemente, sejam identificadas como áreas questionadoras do *status quo*, esse modo de proceder fez com que a História e a Antropologia – mas não apenas – agissem como propagadoras e até legitimadoras da colonialidade do poder e do saber.

A *colonialidade do poder* foi pensada pelo sociólogo Aníbal Quijano (2005), posteriormente tornada central nas reflexões do grupo de intelectuais autodenominado Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MIGNOLO, 2017), e consiste no pressuposto de que com término do colonialismo clássico, caracterizado pela submissão política direta a um Estado metropolitano permanecem as relações de dominação baseadas em critérios coloniais, o eurocentrismo é, portanto, central (DUSSEL, 1993, 2005).

A idéia de raça em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América [...].

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios, negros, mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol e português*, e mais tarde *europeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

[...]

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, intersexual ou de gênero: os povos conquistados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente

também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 227-228).

Uma característica basilar da colonialidade do poder é a inferiorização do outro, do não europeu, primordialmente dos negros e dos indígenas. Para isso, a colonialidade não se alicerçou apenas em elementos objetivos de dominação. A dominação foi – e segue assim – também das subjetividades, foi preciso criar um discurso para legitimar a suposta superioridade europeia.

[...] como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.

No processo que levou a esse resultado, os colonizadores exerceram operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais. Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. Sem dúvida muito menor foi a repressão no caso da Ásia, onde portanto uma parte importante da história e da herança intelectual, escrita, pôde ser preservada. E foi isso, precisamente, o que deu origem à categoria Oriente. Em terceiro lugar, forçaram -também em medidas variáveis em cada caso- os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa [...] (QUIJANO, 2005, p. 231).

A construção do discurso eurocêntrico invalidou as formas de pensar, de agir e de produzir conhecimentos das sociedades não europeias. Na metanarrativa histórica

hegemônica, a Europa foi alçada ao centro do mundo moderno, os construtores desse pensamento se autorreferenciaram como superiores. Mais do que isso, como *naturalmente* superiores (QUIJANO, 2005, p. 231).

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implica o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua realocação no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser o passado. Em outras palavras, o padrão do poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo o inferior, sempre primitivo (QUIJANO, 2005, p.11).

Nesse bojo, outras temporalidades e historicidades foram descartadas juntamente a outros elementos socioculturais dos povos indígenas descritos como infantes imberbes à espera dos colonizadores que lhes trariam a civilização, e por tabela a história, antes supostamente inexistente.

Devido a esse contexto, a historiografia brasileira, inclusive a historiografia marxista que teve espaço mais relevante no Brasil do século XX, ajudou a invisibilizar os indígenas na história do Brasil, contribuindo assim para a consolidação da memória coletiva nacional voltada para a afirmação de um Estado-nacional histórico-culturalmente eurocentrado.

Seguindo nessa linha, Enrique Dussel apresenta da seguinte maneira o “mito da modernidade”:

[...] por um lado, se autodefine a própria cultura como superior, mais “desenvolvida” (nem queremos negar que o seja em muitos aspectos, embora um observador crítico deverá aceitar que os critérios de tal superioridade são sempre qualitativos, e por isso de aplicação incerta); por outro lado, a outra cultura é determinada como inferior, rude, bárbara, sempre sujeito de uma “imaturidade” culpável. De maneira que a dominação (guerra, violência) que é exercida sobre o Outro é, na realidade, emancipação, “utilidade”, “bem” do bárbaro que se civiliza, que se desenvolve ou “moderniza”. Nisto consiste o “mito da Modernidade”, em vitimar o inocente (o Outro) declarando-o causa culpável de sua própria vitimização e atribuindo-se ao sujeito moderno plena inocência com respeito ao ato sacrificial. Por último, o sofrimento do

conquistado (colonizado, subdesenvolvido) será o sacrifício ou o custo necessário da modernização [...] (DUSSEL, 1993, p. 75-76).

Parte-se do pressuposto de que a colonialidade é intrínseca à ideia de modernidade, a segunda não existe sem a primeira. A modernidade inicia-se com o processo de dominação da América pelos europeus que então introduzem uma inédita divisão social do trabalho baseada em critérios raciais. Conectada com a colonialidade do poder, a colonialidade do saber ou colonialidade epistêmica é um fator preponderante quando se pensa a atuação científica. Em síntese, consiste na eliminação de atributos de validade para outras formas de pensar e de construção do conhecimento que não sejam aquelas pensadas no norte global e a partir de experiências locais (europeias e estadunidenses) que posteriormente no discurso moderno ganham ares de universalidade. Quijano (2005, p. 231) reforça ainda que como parte do novo padrão do poder mundial a Europa concentrou seu controle sobre as forma de produção do conhecimento.

Dussel (1993, p. 17-20) fez uma crítica contundente à construção da ideia de História Universal e a eliminação da América e em especial dos povos indígenas do escopo da História Mundial elaborada por Hegel em sua Filosofia da História. Para Hegel a Europa é o centro e o fim da História, a Ásia seu início, já a América e a África são imaturas, sem relevância para a História Universal.

No que se refere a seus elementos, a América ainda não terminou sua formação... A América (Latina) é, por conseguinte, a terra do futuro. Em tempos futuros se mostrará sua importância histórica... Mas como país do futuro a América não nos interessa, pois o filósofo não faz profecias (HEGEL *apud* DUSSEL, 1993, p. 19).

Susta-se a história dos povos originários da América e se atribui centralidade à história europeia elevando-a, em termos de metanarrativa, ao nível de História Universal, configuração presente até a contemporaneidade nas estruturas curriculares de ensino superior e básico no Brasil e em muitos países não europeus. O modelo quadripartite de divisão da história em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea não é “natural” e nem universal, mas sim uma construção ideológica que atribui centralidade e universalidade à história do continente europeu.

O ímpeto homogeneizador eurocêntrico em torno de um projeto de sociedade inspirado nos valores da modernidade europeia marcou de maneira contundente, conforme demonstrou Lúcio Tadeu Mota (1998), a construção da nacionalidade brasileira. Sob a égide dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, o nascimento da nação veio acompanhado da negação da diversidade étnico-cultural.

Outro exemplo, nesse mesmo sentido, é a monopolização, via discurso hegemônico propagado pela imprensa e por diversos outros emissores sociais, de que há apenas uma forma legítima de territorialização, qual seja: aquela posta em prática pelo agronegócio com vistas à produção de *commodities* agropecuárias majoritariamente destinadas à exportação. Com isso, as territorializações tradicionais – de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc. – são retratadas como expressões do atraso que devem ser superadas pela inevitável modernização, sob pena da perpetuação do suposto atraso nacional, que supostamente impede o Brasil de alçar um posto mais elevado na civilização capitalista ocidental (CAVALCANTE, 2016, p. 281-284).

Edgardo Lander (2005) destaca que as Ciências Sociais -incluindo a História- têm papel determinante no processo de naturalização e universalização dos valores liberais ocidentais, implicando, portanto, num processo de deslegitimação e ocultação de outros sistemas socioeconômicos, processo esse que se dá do final do século XVIII em diante e que podemos considerar como uma continuidade ao processo de encobrimento destacado por Melià (1990).

Da constituição histórica das disciplinas científicas que se produz na academia ocidental interessa destacar dois assuntos fundacionais e essenciais. Em primeiro lugar está a suposição da existência de um metarrelato universal que leva a todas as culturas e a todos os povos do primitivo e tradicional até o moderno. A sociedade industrial liberal é a expressão mais avançada desse processo histórico, e por essa razão define o modelo que define a sociedade moderna. A sociedade liberal, como norma universal, assinala o único futuro possível de todas as outras culturas e povos. Aqueles que não conseguirem incorporar-se a esta marcha inexorável da história estão destinados a desaparecer. Em segundo lugar, e precisamente pelo caráter universal da experiência histórica européia, as formas do conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade se converteram nas únicas formas válidas, objetivas e universais de conhecimento. As categorias, conceitos e perspectivas (economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, etc.) se convertem, assim, não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o dever ser para todos os povos do planeta. Estes conhecimentos convertem-se,

assim, nos padrões a partir dos quais se podem analisar e detectar as carências, os atrasos, os freios e impactos perversos que se dão como produto do primitivo ou o tradicional em todas as outras sociedades. Esta é uma construção eurocêntrica, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. Mas é ainda mais que isso. Este metarrelato da modernidade é um dispositivo de conhecimento colonial e imperial em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo. Uma forma de organização e de ser da sociedade transforma-se mediante este dispositivo colonizador do conhecimento na forma normal do ser humano e da sociedade. As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. São colocadas num momento anterior do desenvolvimento histórico da humanidade (Fabian, 1983), o que, no imaginário do progresso, enfatiza sua inferioridade. Existindo uma forma natural do ser da sociedade e do ser humano, as outras expressões culturais diferentes são vistas como essencial ou ontologicamente inferiores e, por isso, impossibilitadas de se superarem e de chegarem a ser modernas (devido principalmente à inferioridade racial). Os mais otimistas vêm-nas demandando a ação civilizatória ou modernizadora por parte daqueles que são portadores de uma cultura superior para saírem de seu primitivismo ou atraso. Aniquilação ou civilização imposta definem, destarte, os únicos destinos possíveis para os outros (LANDER, 2005, p.13-14, *grifos meus*).

Há ainda outros autores que de forma contundente demonstram que a historiografia internacional, e aqui se inclui parte importante das publicações realizadas e/ou estudadas no Brasil, sedimentam-se sobre o mito da modernidade eurocentrada, o que produz o apagamento, dentre outros, dos povos indígenas. Um dos maiores problemas, por exemplo, está na adoção de uma periodização que baseada em processos históricos regionais – europeus – que acabam sendo metamorfoseados em uma espécie de história universal artificial (DUSSEL, 2005; DUSSEL, 2007; GOODY, 2015; TROUILLOT, 1995).

[...] o Ocidente tentou impor sua trajetória ao curso dos eventos globais [...]. Toda a história mundial foi concebida como uma sequência de fases constituídas por eventos ocorridos só na Europa Ocidental. Por volta de 700 a.e.c., o poeta Hesíodo imaginou as eras passadas do homem começando por uma Idade de Ouro e sendo sucedida pelas Idades de Prata e Bronze, passando por uma era de heróis, até chegar à atual Idade de Ferro. É uma sequência não muito diferente da que, mais tarde, arqueólogos desenvolveram no século XVIII, indo da pedra ao bronze e daí para o ferro, a partir dos materiais com que as ferramentas eram feitas. No entanto, desde a Renascença, historiadores e eruditos têm adotado outra abordagem. Começando com a sociedade arcaica, a periodização das

mudanças na história mundial em Antiguidade, Feudalismo e Capitalismo é virtualmente européia [...] (GOODY, 2015, p. 35-36).

Concordo com Manuela Carneiro da Cunha em afirmar que no Brasil, antes do anos 1990, antropólogos e historiadores passaram ao largo da História Indígena e, por consequência do Indigenismo, devido a concepções teóricas e metodológicas já em superação noutras partes do mundo. É, entretanto, necessário acrescentar que a adesão a essas teorias e metodologias se deu num contexto colonial de constituição das disciplinas no Brasil, aspecto que ainda hoje não foi completamente superado. Este texto tem o objetivo de apresentar uma análise crítica sobre o desenvolvimento do campo da História Indígena no Brasil e corroborar as ideias da crítica decolonial que propõe a decolonização do poder e epistêmica caminhando no sentido da superação de leituras históricas eurocêntricas.

#### 1. **História Indígena e historiografia no Brasil pós-1988**

Em artigo originalmente publicado em 1993, o historiador John Manuel Monteiro teceu algumas considerações sobre a ausência dos povos indígenas na historiografia brasileira.

A historiografia brasileira, ao longo das últimas duas décadas, tem buscado incorporar grupos sociais antes ignorados pela bibliografia. Ao mesmo tempo, abordagens antropológicas têm penetrado diversas áreas de investigação histórica, abrangendo estudos sobre a inquisição, a escravidão, as relações de gênero, as mentalidades, entre outros assuntos. Diante deste quadro, contudo, é de se estranhar a pouca atenção dispensada aos povos indígenas pelos historiadores. Com exceção de poucos estudos, parece prevalecer, ainda hoje, a sentença pronunciada pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, na década de 1850: para os índios, “não há história, há apenas etnografia” (MONTEIRO, 2004, p. 221).

A observação revela o quão tardia foi a adesão dos historiadores brasileiros à pesquisa sobre História Indígena e do Indigenismo. Mesmo sob os efeitos da influência francesa e inglesa em nossa historiografia, o que levou a um exponencial crescimento do interesse pela história cultural e pela história de sujeitos não hegemônicos nos anos 1980 e seguintes, os povos indígenas permaneceram à margem das produções historiográficas. Nos

Estados Unidos da América, por exemplo, o campo da Etno-História começou a se desenvolver na segunda década do século XX, antes mesmo da fundação do destacado periódico francês “*Annales d'Histoire Économique et Sociale*”. Desde seus primeiros passos, a *Ethnohistory* estadunidense adotou a perspectiva interdisciplinar em termos metodológicos e promoveu uma vertiginosa ampliação da noção de fontes históricas, o que posteriormente seria atribuído pela história da historiografia à *Escola dos Annales* (CAVALCANTE, 2011).

Na década de 1980, têm-se o prelúdio do campo da História Indígena no Brasil. Em 1989, a Revista de Antropologia da USP publicou um dossiê sobre História Indígena com vinte e três artigos. Já em 1992, novamente Manuela Carneiro da Cunha, organizou uma grande coletânea intitulada “História dos Índios no Brasil” composta de vinte e quatro capítulos, escritos em sua maioria por antropólogos (CUNHA, 1992). Inicialmente, a História Indígena no Brasil foi projetada enquanto campo de pesquisas por antropólogos e arqueólogos, exceção de destaque foi a presença de John Manuel Monteiro nos dois trabalhos coletivos supracitados.

Jorge Eremites de Oliveira (2012) destacou, por exemplo, o trabalho desenvolvido pelo arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz da UNISINOS, que entre 1985 e 2001 coordenou o Programa Arqueológico de Mato Grosso do Sul, no âmbito do qual foram desenvolvidos os projetos Corumbá e Alto Sucuriu. Já neste momento os arqueólogos apontavam para a necessidade de subversão das periodizações históricas coloniais.

Quem conta hoje a história de Mato Grosso do Sul não tem o direito de colocar o início da colonização com a chegada do conquistador europeu, quer seja de origem espanhola, quer portuguesa. Tanto o Planalto como o Pantanal estavam ocupados desde muitos milênios. Populações variadas tinham chegado a estes espaços e desenvolvido técnicas, estruturas sociais e culturas adaptadas aos diversos ambientes (SCHMITZ, 1998, p. 205 apud EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 179).

A ideia acima expressa lastreia a concepção de História Indígena Total desenvolvida na tese de doutorado de Eremites de Oliveira (2002). Trata-se de pensar a pré-história ou história pré-colonial como parte da história da América, de modo especial como parte relevante da história dos povos indígenas no Brasil. Nessa linha também caminham muitos dos trabalhos desenvolvidos por Lúcio Tadeu Mota e Francisco Silva Noelli na

Universidade Estadual de Maringá. Apesar disso, no Brasil ainda há muita limitação em termos da realização de estudos históricos ou etno-históricos sobre os povos indígenas do Brasil pré-colonial. Aqui, os trabalhos se concentram principalmente no período colonial e no Brasil Império, diferentemente do que se vê no caso mexicano, por exemplo, onde a parte mais significativa dos estudos etno-históricos se concentra no período pré-colonial (BARJAU, 2006).

No início dos anos 1990, John Manuel Monteiro pontuou dois grandes desafios para a História Indígena no Brasil:

Neste contexto, ainda que de forma incipiente, a história indígena lança no Brasil um duplo desafio. Por um lado, cabe ao historiador recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro hoje prevalecente, marcado pela omissão ou, na melhor das hipóteses, por uma visão simpática aos índios, mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade. Afinal de contas, conforme bem destaca, em artigo recente, a antropóloga e especialista em história indígena Manuela Carneiro da Cunha “não é a marcha inelutável e impessoal da história que mata os índios: são ações e omissões muito tangíveis, movidas por interesses concretos”. Por outro lado, e muito mais complexo, faz-se necessário repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registram – ou a registram pouco – seu passado através da escrita.

Nesta grande reavaliação das sociedades indígenas e das políticas indigenistas, a historiografia tem – e terá – um papel fundamental, decisivo até. Pois cabe aos historiadores, através de uma revisão séria das abordagens vigentes – que relegam os índios a um papel fugaz e mal-explicado no início da colonização, que reservam aos mesmos índios um enquadramento etnográfico e não histórico ou, ainda, que reduzem-nos a meras vítimas do inexorável processo de expansão européia –, não apenas resgatar mais esses “esquecidos” da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa – fracassada – de erradicar os índios (MONTEIRO, 2004, p. 227, *grifos meus*).

Quase trinta anos depois, avalio que o desafio de recuperar o papel histórico dos povos indígenas na formação das sociedades e culturas do continente americano, ou seja, dar-lhes protagonismo e agência na análise da história, foi, em partes, atingido. O número de trabalhos em que os indígenas figuram como protagonistas cresceu exponencialmente, principalmente nos últimos vinte anos. Certamente um trabalho que marca essa reviravolta na historiografia é a obra “Negros da Terra” (1994), de autoria do próprio John Monteiro. Pensar a história a partir da experiência de povos indígenas que não registram ou registram

pouco o seu passado por meio da escrita é, de fato, um desafio maior. Apesar disso, há também cada vez mais trabalhos que se utilizam da oralidade e da cultura material para produzir interpretações históricas, vide, por exemplo, a monumental obra coletiva “Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais”, coletânea com 42 capítulos e mais de 900 páginas, organizada por Graciela Chamorro e Isabelle Combès (2018). Isso se tornou possível, pois cada vez mais o campo da História Indígena é interdisciplinar, sobretudo em matérias metodológicas, assim a metodologia Etno-Histórica tem se mostrado extremamente favorável para esses avanços (CAVALCANTE, 2011; MOTA, 2014).

Vale destacar que os avanços se produziram, principalmente, a partir da formação de pesquisadores e pesquisadoras pelos Programas de Pós-Graduação brasileiros. Num primeiro momento, nos anos 1990, penso ser válido destacar o papel do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP, por meio de Manuela Carneiro da Cunha. Também tem relevância o papel desempenhado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional da UFRJ, principalmente a partir da atuação de João Pacheco de Oliveira. Outra frente muito relevante de formação de pesquisadores foi a das universidades do Rio Grande do Sul. A UNISINOS, a PUC-RS e a UFRGS formaram mestres e doutores que posteriormente tiveram papel relevante na implantação no desenvolvimento do campo em outras regiões do país, como no estado de Mato Grosso do Sul. Nomes como Klaus Peter Kristian Hilbert, Bartomeu Melià, Arno Alvarez Kern, Ignácio Schmitz e José Proenza Brochado tiveram atuação de destaque nas instituições do Rio Grande do Sul.

Já do final dos anos 1990 em diante cabe nova menção ao professor John Manuel Monteiro que, até seu falecimento precoce ocorrido em 2013, formou vários mestres e doutores em três Programas de Pós-Graduação da UNICAMP, História, Antropologia e Ciências Sociais. A maioria dos trabalhos orientados enquadra-se no campo da História Indígena e atualmente seus egressos desenvolvem papel de destaque em universidades de várias regiões do Brasil, vale destacar, por exemplo, Maria Regina Celestino de Almeida na UFF, Edson Hely Silva na UFPE, Maria Cristina Pompa na Unifesp, etc.

Em 1999, fora dos eixos metropolitanos, surgiu uma experiência inovadora e, por muitos anos, única no Brasil. Trata-se da criação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, no então campus de

Dourados-MS, primeiro a contar com uma linha de pesquisas em História Indígena. Por intermédio da Lei nº 11.153 de 29 de julho de 2005, foi criada a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, instituição implantada em 2006 que herdou a estrutura do campus e os cursos da UFMS em Dourados. Inicialmente o Programa de Pós-Graduação em História contava apenas com o curso de mestrado, sendo o curso de doutorado implantado em 2011. Em duas décadas de atividades, a linha de pesquisa, hoje denominada História Indígena e do Indigenismo, já conta com cerca de 60 dissertações e 9 teses de doutorado defendidas. O Programa de Pós-Graduação em História da UFGD concentra o maior número de trabalhos defendidos sobre História Indígena e do Indigenismo no Brasil. Antes da criação da UFGD, os docentes que iniciaram os trabalhos da linha foram Osvaldo Zorzato, Gilson Rodolfo Martins, Cláudio Alves de Vasconcelos, Marina Evaristo Wenceslau e Jorge Eremites de Oliveira (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012; ROIZ, 2010). Atualmente nenhum dos docentes que iniciaram a linha permanecem no quadro do Programa, alguns por motivo de aposentadoria e outros por terem migrado para outras instituições de ensino superior. De 2006 em diante ingressaram novos docentes que deram seguimento aos trabalhos, este foi o caso de Graciela Chamorro (atualmente aposentada), Levi Marques Pereira, Protásio Paulo Langer, Lúcio Tadeu Mota (docente da UEM vinculado ao PPGH/UFGD), Antonio Dari Ramos (que atualmente já não integra o PPGH), Thiago Leandro Vieira Cavalcante e mais recentemente Éder da Silva Novak e Leandro Alonso Seawright.

Já nos anos 2000, pode-se dizer que cresceu muito a representatividade do campo em vários outros Programas de Pós-Graduação no país. Os pesquisadores formados nos anos 1990 assumiram postos de trabalho em outras universidades públicas e deram sequência à formação de pós-graduandos.

Em pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, com o uso das palavras-chave

“História Indígena” e “Etno-História”<sup>1</sup>, localizaram-se 303 trabalhos, 71 teses e 232 dissertações, assim distribuídos pelo critério de período de defesa:

Período	Quantidade de Trabalhos
1988 a 2000	29
2001 a 2010	112
2011 a 2018	162

Os números demonstram que junto à ampliação e interiorização dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, a partir de 2001, cresceu o número de trabalhos sobre História Indígena, a maior parte desses orientados pelos pesquisadores que realizaram suas próprias formações entre os anos 1980 e 1990. Atualmente, verifica-se também que os Programas de Pós-Graduação em História incorporaram a História Indígena entre seus possíveis temas de pesquisa, 57,76% do trabalho relacionados da pesquisa foram defendidos em Programas de Pós-Graduação em História.

Nas primeiras décadas do século XXI, outras instituições também ganharam destaque na formação de quadros em História Indígena, bem como na implantação de Grupos de Pesquisa e Laboratórios dedicados ao campo. É esse o caso, por exemplo, do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, coordenado pelo professor Lúcio Tadeu Mota que também orienta mestrandos e doutorandos nas pós-graduações da UEM e da UFGD.

Atualmente, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC conta com uma linha de pesquisas intitulada “História Indígena, Etnohistória e Arqueologia”, na qual atuam a professora Ana Lúcia Vulfe Nözold, o professor Lucas de Melo Reis Bueno e a professora Juliana Salles Machado. Mesmo antes da criação da linha, o Programa acumulou um histórico de formação de mestres e doutores, principalmente sob a orientação de Ana Lúcia Vulfe Nözold. Na região Nordeste, tem

---

1 A pesquisa foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>) entre novembro de 2018 e março de 2019. Os trabalhos encontrados representam parcialmente a produção dos Programas de Pós-Graduação. Há casos de Programas de Pós-Graduação que têm trabalhos defendidos sobre História Indígena, mas que não estão indexados como tal, isso ocorreu, por exemplo, com Programa de Pós-Graduação em História da UNESP de Assis. Apesar disso, entendo que como amostra geral, os números permitem algumas constatações como o crescimento da área no período mais recente e o alto grau de interdisciplinaridade verificado na História Indígena.

destaque o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia – UFBA, especialmente a partir das orientações da professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso.

Continuam atuantes grupos importantes na USP, como é o caso CEstA – Centro de Estudos Ameríndios vinculado ao Departamento de Antropologia. Na Universidade Federal Fluminense, Maria Celestino de Almeida e Elisa Frünhauf Garcia atuam na formação de mestres e doutores. O mesmo ocorre na Universidade Federal do Amazonas com a professora Patrícia Maria Melo Sampaio, que embora não apareça na pesquisa realizada no banco da CAPES (certamente devido a falhas na indexação), orientou diversos trabalhos de mestrado e de doutorado. Vale citar também a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG que conta com a professora Juciene Ricarte Apolinário, que igualmente tem orientado diversos pós-graduandos. O mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA (programa em rede nacional), também conta com profissionais que orientam trabalhos sobre história indígena, caso da professora Isabel Cristina Rodrigues (UEM), do professor Giovani José da Silva (UFAP) e das professoras Renata Lourenço (UEMS), Beatriz dos Santos Landa (UEMS) e Célia Maria Foster Silvestre (UEMS).

O panorama aqui traçado não pretende ser exaustivo, certamente há outras tantas instituições, grupos de pesquisa e programas de pós-graduação que de maneira, às vezes, mais pontual contribuem também para o desenvolvimento do campo da História Indígena no país. Os Programas de Pós-Graduação listados na pesquisa realizada no Catálogo da CAPES, além de não se limitarem às áreas de Antropologia e História, estão distribuídos por todas as regiões do Brasil.

Quantitativo de Teses e dissertações disponíveis no catálogo de CAPES classificado por instituições				
Instituição	Região	Mestrado	Doutorado	Total
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	Centro Oeste	70	9	79
Universidade de São Paulo - USP	Sudeste	25	11	36
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	Sudeste	10	12	22
Universidade Federal da Bahia - UFBA	Nordeste	15	4	19
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC RS	Sul	9	9	18
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Sul	10	6	16
Universidade Estadual de Maringá - UEM	Sul	10	0	10
Pontifícia Universidade Católica de São	Sudeste	7	2	9

Paulo - PUC SP				
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Nordeste	7	1	8
Universidade de Brasília	Centro Oeste	4	3	7
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	Sul	5	1	6
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	Sul	5	0	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Sul	3	2	5
Universidade Federal de Goiás - UFG	Centro Oeste	2	2	4
Universidade Federal do Pará - UFPA	Norte	2	2	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Sudeste	3	1	4
Universidade Federal Fluminense - UFF	Sudeste	2	2	4
Universidade Federal de Sergipe - UFSE	Nordeste	3	0	3
Universidade Federal do Paraná - UFPR	Sul	2	1	3
Universidade Federal do Maranhão - UFMA	Nordeste	2	1	3
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Sudeste	2	0	2
Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social - UNIVATES	Sul	2	0	2
Universidade Federal do Piauí - UFPI	Nordeste	2	0	2
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ	Sudeste	2	0	2
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	Sul	2	0	2
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UFRN	Nordeste	2	0	2
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	Sudeste	2	0	2
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	Centro Oeste	2	0	2
Universidade Federal do Tocantins - UFT	Norte	2	0	2
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	Nordeste	1	0	1
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	Nordeste	1	0	1
Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO	Sudeste	1	0	1
Universidade Federal de São João del-Rei	Sudeste	1	0	1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	Centro Oeste	1	0	1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GO	Centro Oeste	1	0	1
Universidade da Região de Joinville	Sul	1	0	1
Universidade de Santo Amaro	Sudeste	1	0	1
Universidade Estadual de Londrina - UEL	Sul	1	0	1

Universidade Estadual de Santa Cruz	Nordeste	1	0	1
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília	Sudeste	0	1	1
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE	Sul	1	0	1
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Nordeste	1	0	1
Universidade Federal de Alagoas - UFAL	Nordeste	1	0	1
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	Sudeste	1	0	1
Universidade Federal do Ceará - UFC	Nordeste	1	0	1
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Sul	1	0	1
Faculdade Unida de Vitória	Sudeste	1	0	1
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB	Centro Oeste	1	0	1
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Sudeste	0	1	1
		232	71	303
Tabela elaborada pelo autor com dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES ( <a href="http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/">http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/</a> ) entre novembro de 2018 e março de 2019.				

Uma das características mais peculiares da História Indígena é sua vocação para interdisciplinaridade. Tal interdisciplinaridade – teórica e metodológica – favorece que as temáticas relativas à História Indígena sejam abordadas com a complexidade necessária. A conjugação dos saberes linguísticos, antropológicos, históricos, sobre análise de fontes escritas e orais, bem como sobre a cultura material proporcionam resultados mais holísticos do que as limitadas análises restritas às teorias e métodos de disciplinas isoladas. Em trabalho anterior, tratei de maneira mais específica da questão da Etno-História enquanto metodologia interdisciplinar para o estudo, principalmente, da História Indígena. Lá afirmei que a Etno-História:

[...] é o melhor caminho para se compreender os povos de culturas não-ocidentais a partir de uma perspectiva histórica. Nesse sentido, é dada muita importância às tradições orais e às fontes arqueológicas, que podem oferecer dados bastante valiosos sobre essas culturas, as quais, em sua maioria advêm de tradições ágrafas. A linguística também tem se demonstrado uma valiosa aliada nesse campo de pesquisa, os estudos de linguística histórica são capazes de apresentar diversos aspectos que dificilmente seriam acessados por outras vias (CHAMORRO, 2009). A documentação escrita, seja ela produzida por indígenas seja por não-indígenas, tem também grande destaque. Nesse sentido, é fundamental que as técnicas de crítica documental sejam aplicadas com bastante destreza pelos pesquisadores. Bartomeu Melià aponta que a documentação colonial foi produzida sobre a perspectiva da “redução” do indígena à vida política e humana, então, o método etno-histórico indicado para a análise

das fontes coloniais consiste precisamente em desideologizar as fontes (MELIÀ, 1997). A proposta é uma espécie de análise discursiva da qual se pode retirar não apenas as representações acerca dos indígenas, mas também dados para uma possível etnografia histórica (CAVALCANTE, 2011, p. 359-360).

Para além do compartilhamento de teorias e métodos a interdisciplinaridade pode ser verificada na diversidade de áreas de Programas de Pós-Graduação que depositaram trabalhos no Catálogo de Teses da CAPES. Embora os destaques sejam as áreas de História com 175 trabalhos, de Antropologia com 54 trabalhos, de Arqueologia com 18 trabalhos e de Ciências Sociais e Educação com 14 trabalhos cada, ao todo são 27 áreas distintas.

Teses e Dissertações por áreas de Programas de Pós-Graduação Resultados para as palavras-chave “História Indígena” e “Etno-História” Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES			
Área/Programa de Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado	Total
Antropologia	40	14	54
Arqueologia	14	4	18
Ciências Humanas	1	0	1
Ciências Sociais	6	8	14
Cultura & Turismo	1	0	1
Desenvolvimento Sustentável	1	0	1
Ecologia	1	0	1
Educação	7	7	14
Estudos Linguísticos e Literários em Inglês	1	0	1
Geografia	1	0	1
História	143	32	175
Letras	2	0	2
Linguística	0	2	2
Linguística e Letras	0	1	1
Linguística e Teoria Literária	1	0	1
Memória Social	0	1	1
Memória Social e Patrimônio Cultural	1	0	1
Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento	2	0	2
Mestrado Profissional em Ciências da Religião	1	0	1
Patrimônio Cultural	1	0	1
Patrimônio Cultural e Sociedade	1	0	1
Prof. História - Ensino de História	3	0	3
Saúde Coletiva	1	0	1
Sociedade e Cultura na Amazonia	0	1	1
Sociedade, Cultura e Fronteiras	1	0	1

Sociologia	0	1	1
Psicologia	2	0	2
	232	71	303
Tabela elaborada pelo autor com dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES ( <a href="http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/">http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/</a> ) entre novembro de 2018 e março de 2019.			

Outro aspecto que confirma o crescente interesse pelo campo da História Indígena no Brasil, e, sobretudo, a adesão dos historiadores ao campo, é o crescimento do número de publicações sobre o tema. Para além dos diversos livros lançados nas últimas décadas, pontuo aqui que vários periódicos científicos nacionais lançaram nos últimos anos dossiês temáticos sobre História Indígena. Ademais, desde 2003 a História Indígena está presente por meio de Simpósios Temáticos nos Simpósios Nacionais de História, maior evento da área no país. A tabela a seguir elenca os dossiês identificados. Ao todo são 14 dossiês, totalizando 114 artigos. O primeiro dossiê, já mencionado, foi publicado em 1989. A maioria, no entanto, foi publicada depois de 2006. Vale destacar que em 2017 a “Revista Brasileira de História”, periódico mais tradicional da área de História no Brasil, publicou um dossiê dedicado à temática.

Dossiês Temáticos sobre História Indígena publicados no Brasil entre 1989 e 2018
Periódico: Revista de Antropologia. Título do dossiê: [Sem título específico]. Organização: Manuela Carneiro da Cunha. Volume/Data da publicação: n. 30/31/32, 1987/1988/1989. Web: <a href="https://www.jstor.org/stable/i40086211">https://www.jstor.org/stable/i40086211</a> Número de artigos: 23.
Periódico: Fronteiras: Revista de História. Título do dossiê: Sociedades Indígenas Organização: Jorge Eremites de Oliveira Volume/Data da publicação: v. 2, n.4, 1998. Web: [não disponível] Número de artigos: 13
Periódico: Revista de História. Título do dossiê: História dos Índios. Organização: John Manuel Monteiro. Volume/Data da publicação: n. 154, jan./jun. 2006. Web: <a href="http://revhistoria.usp.br/index.php/component/content/article?id=58:rh-">http://revhistoria.usp.br/index.php/component/content/article?id=58:rh-</a> Número de artigos: 5
Periódico: Revista Eletrônica História em Reflexão. Título do dossiê: História Indígena.

<p>Organização: Thiago Leandro Vieira Cavalcante.  Volume/Data da publicação: v.1, n.2, jun/jul, 2007.  Web: <a href="http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/issue/view/26/showToc">http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/issue/view/26/showToc</a>  Número de artigos: 8.</p>
<p>Periódico: Anos 90.  Título do dossiê: Dossiê História Indígena na América.  Organização: Eduardo Neumann  Volume/Data da publicação: v. 18, n. 34, 2011.  Web: <a href="https://seer.ufrgs.br/anos90/issue/view/1328/showToc">https://seer.ufrgs.br/anos90/issue/view/1328/showToc</a>  Número de artigos: 12.</p>
<p>Periódico: Revista História Unisinos.  Título do dossiê: Questões indígenas contemporâneas: História e Antropologia em fronteiras.  Organização: Giovani José da Silva.  Volume/Data da publicação: v. 15, n. 2 (2011).  Web: <a href="http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/view/146">http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/view/146</a>  Número de artigos: 7.</p>
<p>Periódico: História Hoje  Título do dossiê: Ensino de História Indígena .  Organização: Circe Maria Fernandes Bittencourt; Maria Aparecida Bergamaschi.  Volume/Data da publicação: v. 1, n. 2 (2012).  Web: <a href="https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/RHHJ%2C%20v1%2C%20n2/showToc">https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/RHHJ%2C%20v1%2C%20n2/showToc</a>  Número de artigos: 6.</p>
<p>Periódico: Fronteiras: Revista de História  Título do dossiê: Historia Indígena, historiografia e indigenismo.  Organização: Jorge Eremites de Oliveira; Marcos C. Borges da Silveira; Thiago Leandro Vieira Cavalcante.  Volume/Data da publicação: n.32, 2016.  Web: <a href="http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/issue/view/229/showToc">http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/issue/view/229/showToc</a>  Número de artigos: 13</p>
<p>Periódico: Cadernos LEPAARQ.  Título do dossiê: Colonialismo, territórios e povos indígenas na região platina.  Organização: Jorge Eremites de Oliveira; Marilin Renhfeldt; Thiago Leandro Vieira Cavalcante.  Volume/Data da publicação: v. 13, n. 26, 2016.  Web: <a href="https://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/issue/view/571/showToc">https://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/issue/view/571/showToc</a>  Número de artigos: 6.</p>
<p>Periódico: Revista Brasileira de História.  Título do dossiê: O protagonismo indígena na história.  Organização: Editor.  Volume/Data da publicação: vol.37 no.75 São Paulo mai./ago. 2017.  Web: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&amp;pid=0102-018820170002&amp;lng=pt&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&amp;pid=0102-018820170002&amp;lng=pt&amp;nrm=iso</a>  Número de artigos: 9.</p>
<p>Periódico: Diálogos.  Título do dossiê: Etno-História Indígena: abordagens interdisciplinares.  Organização: Lúcio Tadeu Mota; Francisco Silva Noelli; Thiago Leandro Vieira Cavalcante.</p>

<p>Volume/Data da publicação: v. 21, n. 3 (2017).  Web: <a href="http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/issue/view/1498">http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/issue/view/1498</a>  Número de artigos: 11.</p>
<p>Periódico: Revista Brasileira de História e Ciências Sociais.  Título do dossiê: Protagonismos indígenas em diferentes tempos e espaços: diálogos entre História &amp; Ciências Sociais.  Organização: Giovani José da Silva; Izabel Missagia de Mattos  Volume/Data da publicação: v. 10, n. 19 (2018).  Web: <a href="https://www.rbhcs.com/rbhcs/issue/view/19">https://www.rbhcs.com/rbhcs/issue/view/19</a>  Número de artigos: 8.</p>
<p>Periódico: Revista Brasileira de História e Ciências Sociais.  Título do dossiê: Protagonismos indígenas: diálogos entre História &amp; Ciências Sociais em diferentes tempos e espaços contemporâneos.  Organização: Giovani José da Silva; Izabel Missagia de Mattos  Volume/Data da publicação: v. 10, n. 20 (2018).  Web: <a href="https://www.rbhcs.com/rbhcs/issue/view/20">https://www.rbhcs.com/rbhcs/issue/view/20</a>  Número de artigos: 9.</p>
<p>Periódico: Espaço Ameríndio.  Título do dossiê: Dossiê Povos Indígenas e Ditaduras na América Latina .  Organização: Jane Felipe Beltrão, Sérgio Baptista da Silva, Patrícia Melo Sampaio, Rosani de Fátima Fernandes.  Volume/Data da publicação: v. 12, n. 2 (2018).  Web: <a href="https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/issue/view/3633/showToc">https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/issue/view/3633/showToc</a>  Número de artigos: 14.</p>

Retornando aos desafios pontuados John Manuel Monteiro (2004), tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos – ainda que esta conclusão se dê por via de uma análise, por ora, não exaustiva – pode-se concluir que o campo da História Indígena, que até a primeira metade dos anos 1980 era praticamente inexistente no Brasil, produziu avanços muito significativos nas últimas três décadas. Aos indígenas foi dado o espaço de protagonistas e não apenas de vítimas do processo colonial. As perspectivas interdisciplinares permitiram avançar rumo às perspectivas êmicas da história. Se tais avanços ainda não são suficientes, certamente estão mais próximas do ideal, quando se compara com o passado da historiografia. Monteiro fecha seu artigo com a seguinte análise:

A extinção dos índios, tantas vezes prognosticada, é negada enfaticamente pela capacidade das sociedades nativas em sobreviver os mais hediondos atentados contra sua existência. Recuperar os múltiplos processos de interação entre essas sociedades e as populações que surgiram a partir da

colonização européia, processos esses que vão além do contato inicial e dizimação subsequente dos índios, apresenta-se como tarefa essencial para uma historiografia que busca desvencilhar-se de esquemas excessivamente deterministas. Com isto, páginas inteiras da história do país serão re-escritas; e ao futuro dos índios, reservar-se-á um espaço mais equilibrado e quem sabe, otimista (MONTEIRO, 2004, p. 228, *grifo meu*).

Quanto a este ponto, se de fato não há mais quem afirme que os indígenas são transitórios, entendo que não obstante os avanços já destacados, de fato a História do Brasil ainda não foi devidamente reescrita. Embora tenhamos incontáveis trabalhos sobre História Indígena e do Indigenismo, trabalhos que inclusive os relacionam a importantes eventos da História do Brasil, o que se vê ainda é o predomínio de uma metanarrativa histórica que preza por situar o Brasil como parte de um mundo Ocidental construído fundamentalmente por descendentes de europeus e ainda conferindo aos negros e indígenas um papel secundário. Em síntese, o modelo eurocêntrico de organização da historiografia continua hegemônico no país, a episteme eurocêntrica, criticada pelas teorias pós e decoloniais, leva à manutenção do padrão narrativo que difunde com maior destreza a história dos vencedores do que a história dos vencidos. Um bom caso para exemplificar isso é análise da presença da temática indígena nos currículos e nos livros didáticos da educação básica.

### **1.1 História Indígena na Educação**

Desde 2008, por força da Lei 11.645 de 10 de março de 2008, o ensino da História e da Cultura Indígena, além da afro-brasileira<sup>2</sup>, foi tornado obrigatório nos estabelecimentos de ensino básico – públicos e privados – de todo o Brasil. Motivados por essa legislação, muitos cursos de formação de professores de História instituíram em seus currículos disciplinas como História Indígena ou Educação para as Relações Étnico-Raciais.

A publicação dessa lei e a implantação das disciplinas curriculares correlatas nos cursos superiores de formação de professores de História levam a algumas reflexões. O que foi uma conquista dos movimentos indígenas, também revela que em pleno século XXI a História e a Cultura Indígena continuam negligenciadas tanto na organização curricular do ensino básico, quanto na organização curricular dos cursos de graduação em História. Tanto é que a reação mais comum à legislação por parte dos professores do ensino básico foi

---

2 A Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de educação básica brasileiras.

alegar incompetência para tratar do assunto, uma vez que não receberam tal capacitação quando de sua formação inicial. Ou seja, a História, enquanto área manteve-se por longo tempo no mínimo conivente com as narrativas que invisibilizaram os povos indígenas na história nacional.

É importante destacar que a crítica à invisibilização dos indígenas e a naturalização da narrativa colonial não é tão recente. Desde os anos 1980, o “Jornal Porantim”, editado pelo Conselho Indigenista Missionário, já criticava a abordagem dada aos indígenas pelos livros didáticos. A imagem transmitida aos estudantes era a do índio genérico e selvagem. Tais representações se repetiam até com mais ênfase em revistas de histórias em quadrinhos, então amplamente consumidas por crianças do meio urbano (CIMI, 1983).

A obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Indígena na educação básica visa diminuir os preconceitos que são oriundos, em boa medida, da desinformação ou da má informação. Geralmente, a desinformação, que também é uma deformação, é propagada pela imprensa nacional e regional (CAVALCANTE, 2016, p. 265-281). Entretanto, os livros didáticos e o ensino de História também têm dado a sua contribuição. Nesse campo, permanece forte o ideal de Estado-nação inaugurado durante o Segundo Reinado.

Em publicação originalmente de 1984, Norma Abreu Telles analisou manuais didáticos utilizados na educação básica (naquele momento 1º e 2º graus). A autora destacou que:

Convém também observar que, sendo os manuais veículos de difusão dos valores culturais dos grupos dominantes, e, possuindo o caráter de autoridade de serem obra escrita e obras que se referem à cultura, eles inibem as manifestações próprias dos vários grupos sociais envolvidos no processo educativo. Especialmente as crianças das classes inferiores ficarão sempre se sentindo desvalorizados, pois o que ouvem na escola é diferente do que ouvem em casa. Através dos valores vinculados pelos manuais, a escola desempenha um papel importantíssimo na difusão da cultura burguesa. Os livros determinam modelos corretos a serem imitados, desvalorizando a experiência prática e o saber resultante da ação, assim como desincentivam a expressão de idéias ou sentimentos próprios (TELLES, 1996, p. 26).

Os livros didáticos acabam por cumprir um papel elementar na difusão e naturalização do discurso ocidental universalizante, eliminam a agência de outros atores da história brasileira, destacadamente os povos indígenas. A autora ressalta que os livros

destacam os feitos do mundo ocidental e ignoram, quase que integralmente os feitos de outras culturas, “[...] a História se firmou como a narração do desenrolar da história européia [...]” (TELLES, 1996, p. 28).

Da análise geral dos livros didáticos, Telles (1996, p. 146-147) conclui que, não se estabelece nem uma relação com o espaço-tempo anterior ao século XV. A história brasileira tem início com a chegada dos europeus. Os espaços vazios são preenchidos pelos colonizadores de maneira justa e homogênea. Os agentes históricos não europeus, quando são descritos, o são de maneira estereotipada, a representação é simplificada e deformada. “[...] A simplificação decorre da escolha limitada de elementos específicos, omissões e esquecimentos [...]” (TELLES, 1996, p. 147).

Mas alguma coisa fica clara na leitura dos manuais: os dominadores, identificados com o branco em geral, são os doadores da verdadeira cultura, da verdadeira religião, da civilização superior. Civilização se identifica com este grupo enquanto aos outros resta a barbárie (TELLES, 1996, p. 147).

Telles (1996, p. 147) enfatiza que tal história anula a existência de conflitos e tensões no ambiente colonial. Cria-se a distorcida imagem de uma nação harmoniosa e homogênea, uma visão idealizada da cultura ocidental tributária da ideologia liberal que pode levar a uma ideia de passividade de certos atores sociais frente à história.

A autora encerra com uma crítica semelhante à feita por autores como Enrique Dussel (1993, 2018) e Jack Goody (2015).

Usa-se um modelo no qual a Europa representa o máximo de todas as realizações humanas. Mas, se estamos vinculados à cultura ocidental, não somos a Europa. Estamos inseridos numa realidade muito diversa, onde seria necessário precisar os termos de nossa inserção no ocidente, assim como precisar a tradução que aqui foi feita desta cultura. Isto é, das formas peculiares que aqui se moldaram. Ao mesmo tempo seria imprescindível notar e anotar as diferenciações internas da absorção desta cultura. Porém, o modelo que guia os manuais só pretende uma identificação, e esta seria com uma cultura ideal. Esta seria uma das razões pela qual tantos fatos são suprimidos, por não se encaixarem no ideal. A história apresentada é uma grande simplificação seguindo as diretrizes da ideologia dominante (TELLES, 1996, p 148).

Mais de uma década depois, Izabel Gobbi (2006) voltou ao tema analisado por Norma Abreu Telles avaliando as coleções integrantes do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Infelizmente, os avanços encontrados foram pequenos e, muitas vezes, compartilhavam no mesmo livro dos problemas recorrentes desde a década anterior.

[...] num mesmo livro, ou numa mesma coleção didática, podemos encontrar concepções completamente equivocadas em relação aos povos indígenas e às suas culturas, seguidas daquelas informações mais atualizadas, mais próximas da realidade ou que, de algum modo, os valorizem.

Dito isso, o que aparenta é que muitos autores, para se adequarem a uma demanda e, também, uma exigência do próprio PNLD, qual seja, de que os livros didáticos não devem expressar “preconceito de origem, etnia, gênero, religião, idade ou outras formas de discriminação”, além de que devem estar atentos “a qualquer possibilidade de o texto ou as ilustrações sugerirem ou explicitarem preconceitos” (Guia de Livros Didáticos, PNLD/2005), incluíram em tais livros algumas informações mais adequadas, mas não se preocuparam em adequar o restante do texto, em dar coerência ao que é informado. Os autores, em geral, incorporam uma idéia antropológica de cultura, assumem idéias anti-racistas, mas não são capazes de escrever um texto que faça crítica a tais pressupostos, ou seja: os livros didáticos, em sua maioria, continuam reproduzindo uma idéia evolucionista de História (GOBBI, 2006, p. 104).

Observa-se que, após a promulgação da Constituição de 1988, o governo federal passou a regular a produção de livros didáticos em ressonância ao texto constitucional. Até por ser o maior comprador desse lucrativo produto via PNLD, exerce forte poder no mercado. Entretanto, as adequações promovidas por autores e editores não foram suficientes para eliminar as inadequações. Tal fato ocorre porque a estrutura do material é inadequada, a partir do momento que o livro é organizado com base na lógica eurocêntrica e quadripartite de divisão de períodos históricos torna-se impossível a desconstrução integral de interpretações eurocentradas que acabam por inferiorizar e invisibilizar indígenas, negros e outros grupos não hegemônicos presentes na história do Brasil.

Após a edição da Lei 11.645/2008, os editais do Programa Nacional do Livro Didático passaram a exigir que os autores e as editoras contemplassem a temática da História e Cultura Indígena. Os livros devem desenvolver abordagens qualitativas sobre a história e a cultura dos povos indígenas. Devem ainda mostrá-los como sujeitos em sua historicidade e mostrar sua presença na contemporaneidade de forma positiva (BRASIL,

2018, p. 102). A mudança legislativa e o comprometimento dos avaliadores que colaboram como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE na seleção dos materiais que integram o PNLD proporcionaram alguns avanços, porém ainda há um caminho longo a ser percorrido.

Ao analisar os Guias de Livros Didáticos do PNLD de 2016, 2017 e 2018, nota-se que os avaliadores reconheceram alguns avanços na abordagem da história e da cultura indígena, mas, ao mesmo tempo, apontaram que vários antigos problemas permanecem.

Observou-se ainda, no conjunto das coleções, que houve avanços em relação à abordagem de algumas temáticas e também permanências de algumas limitações que ainda necessitam de abordagens mais adequadas.

Nesse sentido, o ensino da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, que tem sido objeto de substanciais pesquisas e reflexões ao longo dos últimos dez anos, permanece entre os temas que apresentam avanços, mas que ainda necessita de abordagens que correspondam aos resultados desses estudos historiográficos (BRASIL, 2015, *grifos meus*).

A análise acima se refere às coleções de livros didáticos destinadas aos anos iniciais do ensino fundamental. A análise presente no Guia de 2017, relativa às coleções destinadas à segunda etapa do ensino fundamental é mais ampla.

Embora compreendida comumente como uma dimensão correlata da temática africana e afro-brasileira em termos da estrutura legal que a sustenta, o tratamento da temática indígena ainda se coloca como o componente mais frágil no conjunto das obras didáticas aprovadas no PNLD, sendo o aspecto que merece maior grau de investimento por parte de autores, de editoras e de professores no uso das coleções. Vários fatores explicam essa distinção, mas destacaríamos dois em especial: o crescimento relativamente recente de uma pesquisa historiográfica que vem se dedicando ao estado da História indígena no Brasil, em suas seleções e hiatos. Nesse ponto, é muito comum se perceber os modos pelos quais essa temática comparece na escola: são comuns os lapsos temporais, como se não existisse uma relação longa de continuidade envolvendo grupos sociais historicamente excluídos na sociedade. Assim, a temática indígena, quando evocada, mostra-se presente, muitas vezes, na abordagem da sociedade colonial brasileira, normalmente no livro de 6º ano. Dali a temática eventualmente retorna – com raras exceções – no enfrentamento da questão da escravidão de pessoas ao longo do século XVII e no processo das Entradas e Bandeiras, desaparecendo novamente em um novo sequenciamento que se perpetua até o tratamento do romantismo no século XIX, quando novamente emerge uma perspectiva interpretativa em torno de um índio romântico, tomado como substrato da identidade nacional. Muito comumente, situam-se como ausentes as abordagens relativas a outras temporalidades históricas e, de modo

essencial, o tempo presente, no qual, de fato, a temática emerge como uma questão socialmente relevante que evoca a questão dos direitos à terra, à preservação do patrimônio genético e às ações de valorização identitária (BRASIL, 2016, p. 33-34, *grifo meu*).

O guia de 2018, relativo ao ensino médio, destaca que as coleções apresentam os povos indígenas como sujeitos no século XVI e menciona a questão da luta pela terra e da diversidade étnica no século XXI. Há, no entanto, um lapso da presença da história indígena nos demais períodos (BRASIL, 2017, p. 20).

O que se percebe a partir da análise dos mais recentes Guias do PNL D é que os autores e as editoras se esforçam para promover adequações de seus livros à legislação, tornando-os assim elegíveis no âmbito do Programa. Entretanto, a coluna cervical dos materiais continua a mesma, o modelo eurocêntrico quadripartite, por isso, praticamente não se vê qualquer menção que não seja apenas genérica à história pré-colonial, mantendo-se a narrativa colonial de que a história do Brasil tem seu início com a chegada dos portugueses. Tampouco há avanços que coloquem os indígenas como atores para além do período colonial e, em partes, do Brasil Império. No Brasil contemporâneo, os indígenas aparecem majoritariamente como vítimas de exclusão social e protagonistas na luta por demarcação de terras, visão bastante reducionista. Isso guarda relação com o desenvolvimento da historiografia, visto que a maioria dos trabalhos publicados concentra-se no período do chamado Brasil Colônia ou em problemas contemporâneos vivenciados no período pós-1988. Ainda é grande omissão nas sínteses, as quais, certamente os autores de livros didáticos consultam, caso, por exemplo, nas obras de Boris Fausto (2015) e de Lilia M. Schwarcz & Heloisa M. Staling (2015).

A lacuna que mais chama atenção é a ausência de abordagens dos indígenas enquanto vítimas, dos arbítrios da ditadura militar brasileira, bem como de suas articulações e resistências construídas nesse mesmo período. De fato, a própria historiografia ainda não deu a devida atenção para o tema, revelando assim mais um elemento de nosso etnocentrismo. Embora, segundo a própria Comissão Nacional da Verdade, os indígenas sejam o grupo social com maior número de mortos pela ditadura, nenhuma vítima indígena chegou a ser nominada no relatório da Comissão Nacional da Verdade. Com a recente

facilitação do acesso a muitos arquivos da repressão, espera-se que novas pesquisas venham a suprir esse lapso (BRASIL, 2014).

Recentemente, a questão da história indígena na educação básica ganhou ares de polêmica nacional quando da elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. O tema da base, em si, é bastante controverso e não cabe aqui ampliar a discussão sobre sua pertinência, por isso o foco será na questão da temática indígena *versus* a perspectiva eurocêntrica na elaboração do componente curricular de História.

Em 2015, foi constituída uma comissão para a elaboração da base, ao todo dez profissionais de História foram designados. Ao longo dos trabalhos outros especialistas foram incorporados à comissão que teve representação de diversas regiões do Brasil<sup>3</sup> (SILVA; MEIRELES, 2017, p. 13).

A primeira proposta elaborada pela comissão foi muito mal recepcionada por diversos setores, incluindo o Ministério da Educação – MEC e parte relevante da comunidade acadêmica e de historiadores profissionais. A principal característica dessa proposta era dar maior ênfase aos processos históricos ocorridos no Brasil com foco ampliado para a história indígena e afro-brasileira, houve também significativa diminuição da importância dada à história europeia.

Giovani José da Silva (UNIFAP) e Marinelma Costa Meireles (IFMA), ambos membros da comissão encarregada de elaborar a proposta da BNCC, publicaram um artigo intitulado “Orgulho e preconceito no ensino de História no Brasil: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos” (2017) no qual apresentam importantes reflexões sobre a questão. Os autores partem da premissa, como a qual concordo, de que o ensino de história no Brasil ainda é pautado pelo eurocentrismo e pela concepção de que a história do Brasil é apenas um apêndice ou uma derivação da expansão colonialista europeia, com isso nega-se o protagonismo de indígenas, africanos e seus descendentes na construção dessa história. Argumentam que,

Se a maioria da população brasileira é, comprovadamente, formada por negros e pardos autodeclarados (BRASIL, 2010), como é possível que os cursos de formação, os currículos e os livros didáticos de História continuem a apresentar narrativas voltadas majoritariamente para a

---

3 Segundo Silva e Meireles o grupo inicial foi formado por 14 especialistas, 7 representantes de universidades (UFG, UFMG, UFPA, UFRN, UNB, UNIFAP, e USP), 5 representantes indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e 2 representantes indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME.

compreensão das trajetórias de europeus? Populações negras, indígenas e outras não europeias aparecem (quando aparecem) apenas como “apêndices”, em uma história em que ora são um “problema” a ser equacionado, ora são peças da engrenagem colonial e, ainda, vistas como um “estorvo” ao progresso e ao desenvolvimento da então recém-formada Nação brasileira no século XIX. As matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em História, em geral, ainda trabalham com a divisão quadripartida, inventada pelos franceses há quase dois séculos, e currículos de estados e municípios Brasil afora, além de livros didáticos, consagram tal visão (PORTO, 2007). (SILVA; MEIRELES, 2017, p. 9).

A história linear apresentada nos currículos como etapas evolucionistas consagra e cristaliza apenas a versão europeia da história. O argumento de que as crianças brasileiras têm o direito de conhecer a história da humanidade, usado como justificativa para a manutenção do *status quo*, acoberta a defesa de que a história só se realiza a partir dos europeus, estes considerados “civilizados” e “superiores” modelos de progresso e desenvolvimento. Há por trás dessa organização um componente racista, inclusive, que inferioriza as identidades étnicas e raciais da maioria dos estudantes brasileiros (SILVA; MEIRELES, 2017, p. 9-10).

Os autores também entendem que a mera inclusão de conteúdos ou componentes curriculares nos cursos superiores não é suficiente para alterar a situação verificada. É preciso problematizar as representações e os usos dos passados e das identidades negras e indígenas no Brasil. É necessário superar a auto-inferiorização promovida, inclusive pelo campo historiográfico, que valoriza excessivamente “o que vem de fora” e inferioriza os processos locais. Esse último aspecto se reflete, inclusive, em assimetrias regionais no que se refere ao estudo da história do Brasil na educação básica, tudo o que não se enquadra na história do Sul e Sudeste acaba por ser menosprezado, exceto o caso do Nordeste, em relação ao período colonial (SILVA; MEIRELES, 2017, p. 11-12).

Cíntia Santos Diallo (2017), ao analisar os currículos dos cursos de licenciatura em História de instituições de ensino superior sediadas no estado de Mato Grosso do Sul, concluiu que, mesmo após a criação de obrigações legais, a História da África, dos afro-brasileiros e as temáticas correlatas foram introduzidas apenas como apêndices nos currículos que permaneceram eurocêntricos. A análise curricular feita pela autora, leva à mesma conclusão no que tange à História Indígena.

[...] as disciplinas de História da África e temáticas correlatas ofertadas pelos cursos de licenciatura em História das instituições públicas sul-mato-grossenses são periféricas. Isso ocorre, primeiramente, porque a organização curricular desses cursos está voltada para a História da Europa, o que significa afirmar que o pensamento hegemônico emergente com a Modernidade, no qual apenas o saber produzido sobre as bases dos paradigmas ocidentais de conhecimento é considerado o único, verdadeiro, implicando a negação ou hierarquização dos outros saberes, ainda exerce influência significativa nos cursos de História (DIALLO, 2017, p. 229).

Ainda de acordo com Silva e Meireles, a proposta de superação desse paradigma epistêmico não passa pela simples substituição de uma história por outra. Trata-se da [...] problematização da primazia de uma determinada história sobre outras [...] (SILVA; MEIRELES, 2017, p. 12).

A tensão gerada em torno da proposta inicial da BNCC faz recordar que a história e a memória social são campos de disputa e que a historiografia, bem como a história ensinada são alguns dos elementos legitimadores da mesma (HALBWACHS, 2013). A visão eurocêntrica, tradicional da história possui importantes e numerosos defensores. Silva e Meireles pontuam que em setembro de 2015 foi divulgada a primeira proposta da BNCC, esta sem o componente curricular de História, fato que expôs as tensões existentes entre os membros da comissão e o MEC, que

[...] pressionava para que não se fizesse menção à diversidade de gênero e das sexualidades e que se diminuíssem as referências à história de indígenas, de africanos e de afro-brasileiros, em detrimento de uma visão mais tradicional. Questionou-se, por exemplo, a ausência de fatos canônicos, tais como a Inconfidência Mineira (1979) e, internamente, havia membros da Comissão que preconizavam que a História do Brasil só se iniciaria com a chegada dos portugueses [...] (SILVA; MEIRELES, 2017, p. 14-15).

A proposta foi criticada até mesmo pelo ministro da educação do Governo Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Renato Janine Ribeiro queixou-se, entre outras coisas, da falta de sequência histórica e da ausência de História Antiga e Medieval (da Europa) (CURRÍCULO, 2015).

Talvez a reação mais dura e, a meu ver, menos razoável foi a do historiador Ronaldo Vainfas (UFF). Este publicou um artigo de opinião no “Jornal O Globo” de 5 de

dezembro de 2015. O texto, intitulado “Nova face do autoritarismo”, partidarizou de forma vulgar a proposta da BNCC atribuindo-lhe ao “lulopetismo”, apesar de o próprio MEC ter se posicionado contrário à proposta. Segundo ele:

O mais grave, porém, é a retomada da postura autoritária, ainda que invertendo a chave da ditadura militar. A disciplina História prevista pelo regime lulopetista estabelece para o fundamental I o ensino de sujeitos, grupos sociais, comunidades, lugares de vivências e, por fim, o dos “mundos brasileiros”. Conceitos abstratos e anódinos, impossíveis se serem ensinados a crianças, salvo como doutrina [...].

A comissão encarregada de formular o currículo comum não se avexa de escrever que “ênfatiza-se a História do Brasil como o alicerce a partir do qual tais conhecimentos serão construídos ao longo da educação básica”.

Nem mesmo a reforma do ministro Francisco Campos, em 1931, ou a de Gustavo Capanema, em 1942, ministros de Getúlio Vargas, ousaram perpetrar tal decreto, entronizando o Brasil como o centro do mundo. E o tempo era revolucionário, golpista, ditatorial, depende da interpretação.

A proposta da comissão do MEC para o ensino da História em 2015 é, portanto, uma aberração. Mutila os processos históricos globais, aposta na sincronia contra a diacronia, é fanática pelo presentismo. Incentiva ódios raciais e valores terceiro-mundistas superados. Estimula a ignorância, ao colocar a História ocidental como periférica, na realidade como vilã. Combate o eurocentrismo com um brasilcentrismo inconsistente. É uma aposta no obscurantismo, inspirada por um modelo chavista de política internacional. Que Deus salve o Brasil desta praga – só apelando a Deus, *Et pour cause* (VAINFAS, 2015).

Tal artigo seria mais bem intitulado se fosse chamado de “Em defesa da História e da Memória da Metropolitana”. Para ele, é um absurdo que os brasileiros estudem a sua história tendo como ponto de partida ela própria, que na visão do crítico é uma história periférica, apêndice da história europeia. Esta última, na sua argumentação, é elevada ao *status* de história global, que no fundo está muito mais para universal, característica mais marcante do eurocentrismo presente na metanarrativa histórica ocidental. Ponto grave dessa visão é a afirmação de que o estudo privilegiado da História Indígena e da África ou dos afro-brasileiros, incentiva ódios raciais e valores “terceiro-mundistas superados”. Não se sabe ao certo quais seriam esses valores, mas o fato é que o Brasil é um país racista desde que os Europeus iniciaram a colonização e tal racismo enquanto valor está longe de ser superado. O estudo das temáticas indígenas e afro-brasileiras expõe isso cada vez mais, o que pode ser incomodo para os que defendem a tese da democracia racial, está sim ultrapassada.

A crítica de Vainfas não foi isolada, o debate foi extenso na comunidade de historiadores profissionais. Outros atores como a Seção do estado do Rio de Janeiro da Associação Nacional de História (ANPUH-RIO) e o Fórum de Profissionais de História Antiga e Medieval tiveram reações igualmente negativas à primeira proposta.

A carta da ANPUH-RIO afirmou que a proposta estava em descompasso com as questões debatidas na historiografia e na formação de professores. Afirma a ainda que a proposta é nacionalista e desarticulada com a história global. Solicitou que a comissão designada pelo MEC fosse alterada ou “pelo menos ampliada” visando garantir maior representatividade de outras subáreas da História (ANPUH-RIO, 2015).

A carta da ANPUH-RIO foi, no entanto, rebatida por um grupo de profissionais daquele mesmo estado que se manifestaram à direção da ANPUH nacional. Tal manifestação exemplifica o quão controversa foi e é a questão, demonstrando que há profissionais dispostos à construção de currículos que rompem com a tradição eurocêntrica.

Prezada Direção Nacional da Anpuh, Prezadas Maria Helena Capelato e Tânia de Luca, Nós abaixo assinados, membros da Anpuh /Rio de Janeiro, entendemos que a "Carta Crítica da Anpuh/Rio ao Componente Curricular História na BNCC", assinada pela presidente Monica Martins, não representa todos os seus associados, nem todos os presentes na referida jornada de 18 de novembro. A postura da carta, rejeitando o documento produzido pelo MEC, não é compartilhada por diversos outros historiadores ligados ao ensino e à pesquisa em história. Sem dúvida, há muitas críticas e sugestões a serem feitas, mas defendemos que o diálogo com o documento e com os responsáveis pela proposta precisa ser fortalecido. Atenciosamente,

Martha Abreu - UFF

Helenice Rocha - UERJ

Marcelo Magalhães - UNIRIO

Hebe Mattos - UFF

Luis Reznik - UERJ

Maria Regina Celestino - UFF

Maria Aparecida Cabral - UERJ

Marieta de Moraes Ferreira - UFRJ Giovana Xavier - UFRJ

Warley da Costa - UFRJ

Alvaro Nascimento - UFRRJ

Keila Grimberg - UNIRIO

Vania Moreira - UFRRJ

Marcia de Almeida Gonçalves - UERJ

Carmen Gabriel - UFRJ

Carina Martins - UERJ Rui Aniceto - UERJ

Mariana Muaze - UNIRIO

Juçara Barbosa de Mello -PUC/RJ (ABREL *et alli*, 2016).

O documento dos profissionais de História Antiga e Medieval segue com o mesmo tom da carta da ANPUH-RIO. Afirma que se trata de uma proposta nacionalista “[...] tributária de uma concepção historiográfica do século XIX [...]”. Segue afirmando que a comissão não reflete a diversidade observada no campo da História (FPHAM, 2015).

Deste documento vale destacar:

[...] Dessa forma, é igualmente empobrecedora, por exemplo, a exclusão de História Antiga e Medieval, baseada na falsa assunção de que só é possível pensar a Antiguidade e o Medievo sob o ponto de vista eurocêntrico. É necessário colocar essas histórias em perspectiva mais ampla, que inclua experiências anteriores ao século XVI, tais como os povos nativos das Américas, da África e de outras sociedades, para desta maneira permitir a construção de narrativas que justamente questionem o eurocentrismo. O mesmo princípio se aplica à subordinação, à história nacional do Brasil, de temas ligados a temporalidades posteriores ao século XVI” (FPHAM, 2015).

A crítica à ausência da História Antiga e da História Medieval na BNCC vem acompanhada da explicação de que essas podem ser trabalhadas de um modo não eurocêntrico, incluindo, talvez, uma história antiga/medieval da América e da África, por exemplo. Penso que essa é uma saída válida diante de um currículo engessado. Não tendo alternativas, o professor pode mostrar que na mesma temporalidade ocorreram eventos relevantes em outros espaços que não as margeadas pelo Mar Mediterrâneo. Todavia, não vejo condições de dissociar a História Antiga e Medieval da História Europeia, embora a nomenclatura remeta à temporalidade, na prática o que essas subdisciplinas abordam com mais afinco é a História Europeia ou a de suas supostas origens na Antiguidade Clássica. Introduzir outras geografias nessas disciplinas é um “remendo”, uma “subversão”, praticada por mim inclusive, diante da impossibilidade de modificação das estruturas curriculares.

Penso que a proposta apresentada, tinha a pretensão justamente de combater a perspectiva historiográfica inaugurada no século XIX, aquela direcionada à construção de uma história nacional construída nas bases epistemológicas europeias e caracterizada pela negação da diversidade sociocultural e pela invisibilização dos agentes não hegemônicos da sociedade. Evidente que não se pode defender que os currículos escolares excluam outras histórias, mas não faz sentido que a história europeia seja a linha mestra em detrimento da história do Brasil e da própria América.

Com relação à BNCC, o desfecho acabou sendo o seguinte: a comissão original ouvindo outros profissionais que atuaram como pareceristas elaborou uma segunda versão, que, no entanto, não foi acatada pelo MEC. A versão publicada pelo ministério teria sido elaborada por uma comissão paralela mais alinhada aos interesses divergentes em relação ao primeiro documento. No final das contas, a versão oficial manteve o modelo quadripartido, mais alinhado ao modelo eurocêntrico que venho criticando (SILVA; MEIRELES, 2017, p. 17-18).

Os elementos aqui trazidos mostram que a História Indígena pouco a pouco vem conquistando espaço na historiografia e no ensino da História. Entretanto, fica evidente que, por enquanto, ainda que ninguém faça defesa explícita do eurocentrismo, muitos resistem a mudanças nas formas de se pensar a história. Dado que chama a atenção é a insistência em elevar os processos históricos europeus ao nível de história universal. É evidente que o Brasil e a América têm relações estreitas com a história europeia, isso não pode ser escamoteado. O que está em questão é a regionalização da história europeia. É preciso admitir que ela não deve ocupar lugar central, mas sim ser interconectada com nossa história na medida em que isso faz sentido, e em muitos casos faz sentido. Manter o status diferenciado que se dá à história da Europa no Brasil confirma a tese de que em muitos aspectos adota-se uma postura colonizada diante da interpretação histórica.

## **2. Pensamento decolonial e História Indígena**

Caminhando para o fechamento deste texto, retomo alguns aspectos das teorias pós e decoloniais que considero serem úteis para a reflexão teórica e metodológica para pensar a História Indígena no Brasil.

Ao propor as referidas teorias como instrumento para pensar e fazer a História Indígena coloca-se na incomoda posição de afirmar que a História é uma ciência ou campo de conhecimento, como se preferir, colonial. Embora a área da História, no Brasil, tenha construído uma tradição crítica a regimes autoritários e a diversos aspectos do capitalismo, não se pode negar que em muitos momentos a historiografia foi e é legitimadora dos discursos coloniais, das elites políticas e econômicas que estão no degrau de cima na organização social constituída sobre as bases da colonialidade do poder. Sendo assim, a

crítica apresentada nesse texto não se dirige a toda à historiografia, pelo contrário, a intenção é somar-se aos esforços críticos já existentes.

Além do pensamento decolonial, que aqui será tomado como marco epistemológico, é importante citar outras vertentes de pensamento que igualmente se articulam como crítica ao eurocentrismo colonial. Tratam-se do Pensamento Pós-colonial e dos Estudos Subalternos.

A crítica pós-colonial surge na Europa nos anos 1970 e ganha maior consistência teórica na década seguinte. Caracteriza-se pela crítica ao pensamento ocidental e a modernidade, mas é feita a partir do pensamento de autores que vêm de dentro do coração do pensamento ocidental, tais como Foucault, Nietzsche, Heidegger y Derrida. Já os Estudos Subalternos surgem na mesma época, mas impulsionados por historiadores, principalmente indianos, que se radicam em instituições no norte global, mas fazem uma proposta subversiva de análise das histórias de países do sul, como a Índia e em alguns casos de países africanos. O que os Estudos Subalternos têm de destaque teórico é a crítica ao Eurocentrismo, mas não necessariamente se insurgem contra a modernidade. É importante também ressaltar que essa corrente teve maior penetração no campo historiográfico (NÁJERA, 2018).

O pensamento decolonial, embora tenha aproximações com os anteriormente citados, é uma perspectiva surgida nas Américas, pensada, sobretudo, por latino-americanos que vivenciam a realidade do continente<sup>4</sup>. Segundo Walter Mignolo (2007), a genealogia desse pensamento remonta até ao período colonial, mas foi no início de século XXI que se constituiu o coletivo de intelectuais chamado de Grupo Modernidade/Colonialidade que vieram a sistematizar as linhas gerais desse pensamento.

É justamente nessa genealogia que estaria a maior diferença entre o decolonial e o pós-colonial. Para ele, a crítica pós-colonial fundamenta-se no pós-estruturalismo Francês, mais do que na tradição planetária decolonial. No caso da crítica decolonial, Mignolo evoca a tradição de críticos do período colonial como Waman Poma de Ayala e Otabbah Cugoano, além de autores críticos da colonialidade no século XX, como Frantz Fanon e José Carlos Mariategui, estes são autores que, embora inseridos em um pensamento de fronteira não foram forjados pela epistemologia eurocêntrica.

---

4

Ainda que alguns estejam ligados a universidades estadunidenses.

Pensamento de fronteira, nesse caso, implica no inevitável uso de línguas e estratégias argumentativas coloniais, afinal, quase sempre, esse pensamento é produzido nas línguas coloniais e influenciado por experiências e subjetividades formativas coloniais. Entretanto, pensar nas fronteiras do moderno/colonial é pensar a partir de experiências vividas em situações concretas de colonialidade. Não foi a partir desse tipo de experiência que autores como Adam Smith ou Karl Marx, entre tantos pensaram, parte singular dessa proposta é pensar os problemas do sul global a partir de concepções teóricas construídas com base nas experiências vividas nesse ambiente (MIGNOLO, 2017).

O grupo Modernidade/Colonialidade foi formado por intelectuais como Aníbal Quijano – falecido em 2018 – (Peru), Enrique Dussel (argentino radicado no México), Edgardo Lander (Venezuela), Ramón Grosfoguel (porto-riquenho radicado nos Estados Unidos), Walter Mignolo (argentino radicado nos Estados Unidos), Catherine Walsh (estadunidense radicada no Equador) e Santiago Castro-Gómez (Colômbia), entre outros que depois se uniram ao grupo. O grupo também dialoga proficuamente com Boaventura de Souza Santos (Portugal).

A base comum de pensamento desses autores está na afirmação de que a modernidade inaugurada com o início da colonização da América tem como elemento constituinte e inseparável a colonialidade, esta construída com base na instituição do racismo como elemento central para a definição das hierarquias sociais no continente americano e subsequentemente no restante do, hoje chamado, sul global. Posteriormente, agregou-se também a categoria “decolonialidade”, há, por tanto, uma sinergia entre Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade.

El argumento básico (casi un silogismo) es el siguiente: si la colonialidad es constitutiva de la modernidad, puesto que la retórica salvacionista de la modernidad presupone ya la lógica opresiva y condenatoria de la colonialidad (de ahí los *damnés* de Fanon), esa lógica opresiva produce una energía de desconfianza, de desprendimiento entre quienes reaccionan ante la violencia imperial. Esa energía se traduce en *proyectos decoloniales que en última instancia, también son constitutivos de la modernidad* (MIGNOLO, 2007, p. 27).

Em síntese, os autores compartilham da ideia de que o fim do colonialismo não encerrou a colonialidade, está esta muito além da dominação política de um Estado diante de outro, a colonialidade se mantém com a subsistência de relações de dominação que

podem ser econômicas, mas também são epistêmicas. Nesse sentido, a colonialidade do saber é o elemento que precisa ser combatido e está indissociavelmente ligada ao eurocentrismo.

Portanto, entendo que a negação da História Indígena ou seu rebaixamento a um grau secundário de importância seja na esfera historiográfica ou no campo do ensino da História são indicadores de que a História segue privilegiando as metanarrativas eurocêntricas em detrimento das histórias e dos saberes não ocidentais.

A descolonização da História, e mais especificamente da História Indígena, implica pensar nossos problemas a partir de experiências e epistemes que rompem com os ditames eurocêntricos e, sobretudo, que rompem com qualquer perspectiva teórica ou política de cunho universalizante, é preciso que a diversidade seja não apenas respeitada, mas também desierarquizada.

### **Considerações finais**

Nas últimas três décadas, a História dos Indígenas no Brasil conquistou espaço muito significativo no âmbito da historiografia. Ampliou-se de maneira muito expressiva a quantidade de trabalhos publicados, bem como de dissertações e teses defendidas. Os indígenas passaram a ser caracterizados como agentes protagonistas da própria história, em alguns casos, inclusive já são produtores de historiografia, caso de historiadores como Izaque João, Kaiowá, mestre em História pela UFGD e Carlos José Ferreira dos Santos, docente na Universidade Estadual de Santa Cruz – BA.

Todavia, ainda há lacunas que precisam ser enfrentadas, há diversas temporalidades e espacialidades que ainda não foram contempladas pelos estudiosos do tema. Mas penso que o maior desafio é, nas palavras de John Manuel Monteiro, a reescrita de diversas páginas da História do Brasil. A História indígena deve ser incluída nas reflexões sobre a história do Brasil e não isolada e tratada como apêndice, como ocorre com certa frequência.

Maior diálogo com as teorias decoloniais certamente podem trazer horizontes diversos para a historiografia brasileira, para isso é necessário uma inflexão no olhar. Será necessário ampliar o diálogo com intelectuais latinoamericanos e reconhecer que em muitos casos, embora complexas, as produções teóricas europeias não são ferramentas adequadas

para a interpretação da História do Brasil e do sul global como um todo. Oxalá daqui a 30 anos tenhamos dados mais alguns passos nessa direção.

## Referências

ABREU, Martha; ROCHA, H.; MAGALHÃES, M.; MATTOS, H.; RESNIK, L.; CELESTINO, M. R.; CABRAL, M. A.; XAVIER, G.; FERREIRA, M. de M.; COSTA, W. da.; GRIMBERG, K.; NASCIMENTO, A.; MOREIRA, V.; GONÇALVES, M. de A.; GABRIEL, C.; MARTINS, C.; ANICETO, R.; MUAZE, M.; MELLO, J. B. de. **Carta de apoio de professores à BNCC**. 1º dez. 2015. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/depto/bncc.php> . Acesso em: 1º mar. 2019.

ANPUH-RIO – Associação Nacional de História, Seção do estado do Rio de Janeiro. **Carta Crítica da ANPUH-RIO à composição do componente curricular História na Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3124-carta-critica-da-anpuh-rio-a-composicao-do-componente-curricular-historia-na-bncc> . Acesso em: 3 fev. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Guia de Livros Didáticos. História. PNLD 2016. Ensino Fundamental, anos iniciais**. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Guia de Livros Didáticos. História. PNLD 2017. Ensino Fundamental, anos finais**. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Guia de Livros Didáticos. História. PNLD 2018. Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos**. Vol. 2. Brasília: CNV, 2014.

BROCHADO, J. J. J. P.. **An ecological model of the spread of pottery and Agriculture into eastern South America**. 1984. PhD Tesis. Urbana-Champaign, University of Illinois at Urbana-Champaign.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Jornal Porantim**. V. 6, n. 56, outubro de 1983. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerioindio&pagfis=3465> . Acesso em 1º out. 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. **Revista de Antropologia**, v. 30/32, 1987/1988/1989, p. 1-8.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

CASTRO-GOMÉZ, S.; GROSGOUEL, R. (Editores). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del

Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade: A luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul.** Junduaí: Paco Editorial, 2016.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História** [online]. 2011, vol.30, n.1, pp.349-371. ISSN 1980-4369. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000100017>.

DIALLO, Cíntia Santos. **História da África e cultura afro-brasileira no ensino superior público: análises sobre currículo e disciplinas dos cursos de licenciatura em História em Mato Grosso do Sul (2003-2016).** 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

DUSSEL, Henrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In. LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Política de la liberación. Historia mundial y crítica.** Madrid. Editorial Trotta, 2007.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro.** A origem do “mito da modernidade”. Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. **Hipótesis para el Estudio de Latinoamérica em la História Universal.** Buenos Aires: Editorial Las Cuarenta, 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 14ª Ed. atual. e ampl.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2015.

FPHAM - Fórum dos Profissionais de História Antiga e Medieval. **Carta de repúdio à Base Nacional Curricular de História.** Rio de Janeiro, 26 nov. 2016. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3127-carta-de-repudio-a-bncc-produzida-pelo-forum-dos-profissionais-de-historia-antiga-e-medieval> . Acesso em 2 fev. 2019.

GOBBI, Izabel. **A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de História: uma análise dos livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos.

GOODY, Jack. **O roubo da história.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Colonialismo e História**. WP 132/2015. Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Universidade de Lisboa. 2015.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In. LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MELIÀ, Bartomeu. El Encobrimiento de América. **Accion**, nº 102, Asunción, marzo, 1990.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In. CASTRO-GOMÉZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Editores). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 25-62.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais Hoje. **Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, 2017, p. 12-37.

MOTA, Lúcio Tadeu. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional. **Diálogos (Maringá)**, Maringá, v. 2, n.2, p. 149-175, 1998.

MOTA, Lúcio Tadeu. A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889). **Diálogos (Maringá)**, Maringá, v. 10, n.1, p. 118-142, 2006.

MOTA, Lúcio Tadeu (Org.). **História do Paraná: pré-história, colônia e império**. Maringá: Eduem, 2011.

MOTA, Lúcio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. **Patrimônio e Memória (UNESP)**, v. 10, p. 5-16, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In. GRUPIONI, Luís Donisete B.; DA SILVA, Aracy L.. (Orgs.). **A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 4ª Ed. São Paulo: Global: Brasília: MEC: MARI, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

NÁJERA, Verónica Renata López. **Derrota Política, crisis teórica y transición epistémica**. Los estudios pos/de/descoloniais em América Latina. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma do México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales: 2018.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoieiros do pantanal**. 2002. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – PUC RS.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio** (UFRGS), v. 6, p. 178-218, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROIZ, Diogo S.. A população indígena na historiografia de Mato Grosso do Sul: o caso do programa de pós-graduação em História da UFMS, campus de Dourados. **Historia & Perspectivas (UFU)**, v. 23(43), p. 251-302, 2010.

SILVA, Giovani José da.; MEIRELES, Marinelma Costa. Orgulho e preconceito no ensino de História no Brasil: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos. **Revista Crítica Histórica**, v. 8, n. 15, 2017. p. 7-15.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M.. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

TELLES, Norma Abreu. **Cartografia Brasília ou esta história está mal contada**. 3ª Ed.. São Paulo: Loyola: (1984) 1996.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. Nova face do autoritarismo. **Jornal O Globo**. 5 dez. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/nova-face-do-autoritarismo-18225777> . Acesso em 3 mar. 2018.